

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS

LARISSA COLOMBO FREISLEBEN

**SOBRE A NOÇÃO DE FUNÇÃO HISTÓRICA: UMA LEITURA DE *AS RELAÇÕES
DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS*, DE ÉMILE BENVENISTE**

PORTO ALEGRE

2021

Larissa Colombo Freisleben

SOBRE A NOÇÃO DE FUNÇÃO HISTÓRICA: UMA LEITURA DE *AS RELAÇÕES DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS*, DE ÉMILE BENVENISTE

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre

2021

RESUMO

Este trabalho trata do artigo de Émile Benveniste *As relações de tempo no verbo francês*, publicado em 1959, e tem como objetivo principal, em primeiro lugar, apresentar uma leitura analítica do conjunto da reflexão apresentada no artigo para, em segundo lugar, encontrar argumentos que permitam desenvolver a hipótese segundo a qual há, nesse texto, além da descrição do sistema verbal do francês contemporâneo, uma proposição teórica que diz respeito à existência, na linguagem, de uma *função histórica*. Para tanto, inicialmente, apresenta-se o artigo em linhas gerais, situando-o no contexto da obra do linguista. Em seguida, são abordadas algumas das reações provocadas por esse texto por meio de uma breve apresentação das leituras de Gérard Genette (1996), Harald Weinrich (1964), Paul Ricoeur (1983) e Jean Cervoni (1987). Por fim, à luz especialmente de Arrivé (1997), apresenta-se uma possibilidade de leitura do texto que considera a existência, na linguagem, de uma *função histórica* que se realiza nas línguas. A leitura aqui desenvolvida deve contribuir para produzir aberturas epistemológicas quanto ao tratamento da teoria da linguagem de Benveniste.

Palavras-chave: Émile Benveniste; função histórica; enunciação.

RÉSUMÉ

Ce travail traite de l'article d'Émile Benveniste *Les relations de temps dans le verbe français*, publié en 1959, et a pour objectif principal, en premier lieu, de présenter une lecture analytique de l'ensemble de la réflexion présentée dans l'article ; en second lieu, trouver des arguments permettant de développer l'hypothèse selon laquelle il y a, dans ce texte, au-delà d'une description du système verbal du français contemporain, une proposition théorique qui concerne l'existence, dans le langage, d'une *fonction historique*. Pour ce faire, d'abord, l'on présente l'article dans les grandes lignes, en le situant dans l'ensemble de l'œuvre du linguiste. Ensuite, on traite de quelques réactions provoquées par ce texte par une brève présentation des lectures de Gérard Genette (1996), Harald Weinrich (1964), Paul Ricoeur (1983) et Jean Cervoni (1987). Finalement, à la lumière en particulier d'Arrivé (1997), l'on présente une possibilité de lecture du texte qui considère l'existence, dans le langage, d'une *fonction historique* qui se réalise dans les langues. La lecture ici développée doit contribuer à produire des ouvertures épistémologiques quant au traitement de la théorie du langage de Benveniste.

Mots-clés : Émile Benveniste, fonction historique, énonciation.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - enunciação histórica e enunciação de discurso
- Quadro 2 - tempos admitidos e excluídos nos planos da enunciação no francês
- Quadro 3 - formas verbais simples, compostas e sobrecompostas no francês
- Quadro 4 - relação entre tempos simples e tempos compostos no francês
- Quadro 5 - relação entre tempos simples e tempos compostos no francês para indicação de anterioridade
- Quadro 6 - valores do *passé composé*
- Quadro 7 - correlatos do *passé composé* como tempo composto e como tempo simples
- Quadro 8 - relação entre as categorias aristotélicas e benvenistanas segundo Genette (1966)
- Quadro 9 - Pontos centrais da leitura de Genette (1966)
- Quadro 10 - Pontos centrais da leitura de Ricoeur (1983)
- Quadro 11 – repartição dos tempos verbais do francês segundo Weinrich
- Quadro 12 - Pontos centrais da leitura de Weinrich (1964)
- Quadro 13 - passado simples e passado composto em francês segundo Cervoni (1987)
- Quadro 14 - pontos centrais da leitura Cervoni (1987), parte 1
- Quadro 15 - pontos centrais da leitura Cervoni (1987), parte 2

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARTIGO AS RELAÇÕES DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS	6
2.1 Considerações preliminares	6
2.1.1 Em relação à amplitude da obra e ao lugar do texto aqui estudado	6
2.1.2 Em relação à cronologia da obra e ao momento da reflexão no qual o texto se situa	8
2.1.3 Em relação à flutuação terminológica	9
2.2 As relações de tempo no verbo francês	10
2.2.1 As divisões tradicionais das formas pessoais do verbo francês	11
2.2.2 Enunciação histórica e enunciação de discurso.....	12
2.2.2.1 O plano da <i>enunciação histórica</i>	12
2.2.2.2 O plano da <i>enunciação de discurso</i>	13
2.2.2.3 Aoristo e perfeito	14
2.2.3 Formas de ação acabada e formas de anterioridade	16
2.2.3.1 Formas de ação acabada	17
2.2.3.2 Formas de anterioridade	18
2.2.3.3 O perfeito e sua relação com o aoristo e com o presente	19
3 ENUNCIÇÃO HISTÓRICA E ENUNCIÇÃO DE DISCURSO: ALGUNS EFEITOS	21
3.1 Recepção <i>lato sensu</i>	22
3.1.1 Gérard Genette: narrativa/discurso.....	22
3.1.1.1. Sobre a renomeação da distinção.....	25
3.1.2 Paul Ricoeur: enunciação histórica, enunciação de discurso e os jogos com o tempo	26
3.2 Recepção nos estudos linguísticos <i>stricto sensu</i>	29
3.2.1 Harald Weinrich: mundo narrado, mundo comentado	29
3.2.2 Jean Cervoni: a crítica à distinção	31
3.2.2.1 História/discurso é uma distinção categórica que não corresponde à distribuição de marcas formais	32
3.2.2.2. História/discurso equivale a objetividade/subjetividade e essa distinção não apresenta vantagens	34
3.3 Algumas considerações parciais.....	35

4 FUNÇÃO HISTÓRICA, UMA QUESTÃO DE LINGUAGEM	37
4.1 A universalidade da distinção enunciação histórica/enunciação do discurso segundo Arrivé	37
4.2 Uma questão de linguagem e de línguas	38
4.3 Sobre a noção de <i>função histórica</i>	39
4.4 Algumas conclusões e aberturas.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

As relações de tempo no verbo francês é um artigo de Émile Benveniste que foi publicado originalmente em 1959 no *Bulletin de la Société de linguistique de Paris LVI*, e que depois passou a integrar o primeiro volume dos *Problemas de Linguística Geral*. Trata-se de um dos artigos de Benveniste que mais provocou efeitos: de reações entusiasmadas a críticas vigorosas, vindas de estudiosos da linguagem ou não, muito já foi dito sobre esse texto e, especialmente, sobre a distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*, que aparece hoje em contextos bastante diversos e de formas bastante diferentes.

Este trabalho tem como ponto de partida esse artigo. Nosso ponto de vista é de que há, nesse texto, além de uma descrição do sistema verbo-temporal do francês, uma abertura para explorar uma *teoria de linguagem* em Benveniste, na medida em que, ao identificar a existência de uma *intenção histórica*, o linguista fala de uma propriedade geral da linguagem que se manifesta nas línguas por meio de um duplo sistema: um sistema de presença de autorreferência e um sistema de ausência de autorreferência. As marcas linguísticas de cada sistema são particulares de cada língua.

Para apresentar essa proposta de leitura, o trabalho está organizado em três capítulos, que correspondem a três objetivos principais.

O primeiro objetivo, que corresponde ao primeiro capítulo, é situar o artigo de Benveniste a partir de alguns problemas de leituras que se impõem ao estudar esse autor e apresentar, em linhas gerais, as grandes questões abordadas nesse texto.

O segundo objetivo é apresentar algumas das mais importantes reações provocadas por esse artigo, em relação à distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*, tanto no campo dos estudos linguísticos quanto em outras áreas do conhecimento. Assim, no segundo capítulo apresentaremos as leituras de Gérard Genette (1996), Harald Weinrich (1964), Paul Ricoeur (1983) e Jean Cervoni (1987).

O terceiro objetivo, que será tratado no terceiro capítulo, é apresentar nossa leitura de um aspecto específico do texto, que diz respeito especialmente à observação de que há, na linguagem, uma *função histórica*, o que deve contribuir para explorar a teoria da linguagem de Émile Benveniste.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARTIGO AS RELAÇÕES DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS

Neste capítulo, apresentamos, resumidamente, as grandes linhas argumentativas do texto *As relações de tempo no verbo francês*. Antes de passar ao texto propriamente dito, porém, é necessário tecer algumas considerações preliminares: isso porque há particularidades em relação à obra de Benveniste que impõem inúmeras dificuldades a seus leitores.

Por isso, iniciaremos com alguns comentários sobre o lugar desse artigo na obra de Benveniste e sobre alguns cuidados importantes para a sua leitura¹.

2.1 Considerações preliminares

A forma como a obra de Benveniste foi escrita e se apresenta hoje para nós coloca muitos problemas para seus leitores. Flores (2013) lista uma série de dificuldades de leitura que devem ser consideradas ao lermos Benveniste: a amplitude da obra, sua incompletude, a flutuação terminológica, a necessidade de definir uma perspectiva de leitura e a necessidade de considerar a diacronia do pensamento de Benveniste.

São muitas, então, as dificuldades de leitura ao estudar esse autor, e é preciso situar o texto que será aqui abordado considerando essas dificuldades. A seguir, apresentamos alguns desses problemas e o que levamos em consideração ao abordar *As relações de tempo no verbo francês* em relação (1) à amplitude da obra e ao lugar desse texto; (2) à cronologia e ao momento da reflexão em que esse texto se situa e (3) à flutuação terminológica.

2.1.1 Em relação à amplitude da obra e ao lugar do texto aqui estudado

Em primeiro lugar, é necessário situar *As relações de tempo no verbo francês* no conjunto da monumental obra de Émile Benveniste. Segundo Flores (2013), Benveniste escreveu muito e sobre diversos temas, abrangendo uma variedade de campos do conhecimento, dialogando com os mais diversos públicos e produzindo trabalhos relevantes não só para a linguística, mas também para outras áreas do conhecimento, como a filosofia, a psicanálise e a antropologia.

Embora Benveniste seja conhecido como um teórico da linguística da enunciação², na verdade o que chamamos *teoria da enunciação* de Benveniste corresponde a apenas uma parte

¹ Esses comentários partem principalmente das indicações de Flores (2013).

² Entendemos “linguística da enunciação” aqui no sentido dos organizadores do *Dicionário de Linguística da Enunciação* (Flores, V.; Barbisan, L. Finatto, M.J. Teixeira, M., 2009): trata-se de um rótulo que abriga as diversas *teorias da enunciação*. Essas teorias, ainda que muito diferentes umas das outras, apresentam alguns traços

de sua produção³, que compreende especialmente os textos que constam nas partes “O homem na língua” e “A comunicação”, agrupados nos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral*. Esses textos não são frutos da intenção de produzir uma teoria acabada; na verdade, trata-se de uma reunião de artigos escritos ao longo de cerca de 30 anos em diferentes situações de interlocução.⁴

Nesse sentido, *As relações de tempo no verbo francês* pode, sem dúvida, ser relacionado ao campo enunciativo e ser abordado a partir desse ponto de vista, mas também permite leituras mais amplas, tanto nos estudos da linguagem quanto em outras áreas do conhecimento. Prova dessa amplitude é a recepção desse artigo, que não se restringiu somente ao campo dos estudos linguísticos *stricto sensu*.⁵

Aqui, buscamos abordar o texto tanto do ponto de vista enunciativo quanto considerando a amplitude de leituras que permite, com especial atenção para a possibilidade de lê-lo como contendo uma hipótese de linguística geral, e não apenas um estudo enunciativo do sistema verbal do francês contemporâneo - isso porque percebemos, no texto de Benveniste, dois movimentos que serão detalhados no último capítulo, mas aos quais podemos fazer menção desde já: por um lado, o linguista descreve a organização das formas verbais específicas do francês contemporâneo de um ponto de vista que poderíamos considerar enunciativo⁶; mas essa descrição, segundo pensamos, parte de uma hipótese de linguística geral: a de que há, nas línguas - na linguagem, portanto - uma *função histórica*.

unificadores que permitem falar de uma linguística da enunciação. Os aspectos em comum a essas teorias identificados pelos autores do dicionário são os seguintes: (1) há referência à dicotomia saussuriana *língua/fala*, seja no sentido de estabelecer uma continuidade ou uma ruptura; (2) o olhar para a língua parte do ponto de vista do sentido; (3) são descritos os mecanismos de produção de sentido no discurso e (4) o elemento subjetivo é tomado como essencial para a descrição linguística.

³ Isso porque Benveniste, assim como outros autores que produziram teorias da enunciação, não se restringiu ao campo enunciativo. Mesmo nos textos que compõem os *Problemas de Linguística de Geral* que são comumente associados à enunciação, não há apenas reflexões enunciativas.

⁴ No primeiro volume, publicado em 1966, encontram-se agrupados 28 artigos que Benveniste selecionou entre os que havia publicados entre 1939 e 1964. O segundo volume, publicado em 1974, reúne 20 textos publicados entre 1965 e 1972 que foram escolhidos por M. DJ. Moïnfar e M. Lejeune sob a supervisão de Benveniste. Os dois volumes são divididos em seis partes, que são nomeadas da mesma forma nos dois livros: *Transformações da linguística*, *A comunicação*, *Estruturas e análises*, *Funções sintáticas*, *O homem na língua e Léxico e cultura*. Os textos que compõem os dois volumes do *Problemas de Linguística Geral* remetem a situações de interlocução bastante diversas, em que Benveniste se dirigia a públicos variados. Para dar apenas dois exemplos que ilustram essa questão: *Da subjetividade na linguagem* foi originalmente publicado em um periódico de psicologia; *A forma e o sentido na linguagem* é fruto de uma conferência dirigida a filósofos. Esses diferentes contextos de interlocução também precisam ser levados em conta ao ler a obra de Benveniste.

⁵ Alguns desses efeitos provocados por esse artigo serão abordados no próximo capítulo.

⁶ Ou seja, que parte de um olhar para a língua do ponto de vista do sentido - entendido não como um nível de análise linguística, mas como um ponto de vista a partir do qual é possível observar os níveis de análise linguística (FLORES, V.; BARBISAN, L. FINATTO, M.J.; TEIXEIRA, M., 2009), levando em consideração a subjetividade na linguagem, e descreve marcas linguísticas que revelam a presença do sujeito no enunciado.

2.1.2 Em relação à cronologia da obra e ao momento da reflexão no qual o texto se situa

As relações de tempo no verbo francês, então, integra esse conjunto de textos publicados sob o título de *Problemas de Linguística Geral* e encontra-se no primeiro volume, na quinta parte intitulada “O homem na língua”. Para bem compreendê-lo, é necessário situar o momento em que esse artigo foi escrito, em 1959⁷, para que não se corra o risco de fazer leituras equivocadas. Ao ler Benveniste, é essencial considerar a cronologia da produção (FLORES, 2013): esse cuidado é necessário porque não é possível equiparar conceitos; assumindo, por exemplo, que o uso de um termo em um texto equivale completamente ao uso desse mesmo termo em um texto produzido anos antes ou anos depois.

Em relação à data de publicação, é importante destacar que se trata de um texto posterior a *Da subjetividade na linguagem* (1958). Além disso, esse artigo se relaciona com textos anteriores muito importantes da produção do linguista: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946) e *A natureza dos pronomes* (1956), em que Benveniste reflete, respectivamente, sobre verbos e pronomes. Ter isso em mente é essencial porque, de certa forma, o texto de 1959 contém os três textos anteriores, uma vez que Benveniste opera nele com conceitos e reflexões que foram estabelecidos anteriormente, especialmente com as noções de subjetividade na linguagem e com a reflexão em torno da distinção pessoa/não pessoa⁸. Podemos afirmar que, de certa forma, *As relações de tempo no verbo francês* é um ponto de chegada da discussão de Benveniste sobre verbos e pronomes, que iniciou com *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, uma vez que os textos posteriores não tratam especificamente dessas questões.

Essas duas noções são cruciais para bem compreender *As relações de tempo no verbo francês*. Em relação à noção de subjetividade, é importante destacar que há, pelo menos, dois sentidos para esse termo nesse momento da reflexão do autor. O primeiro sentido diz respeito à ideia de que a subjetividade – ou melhor, a *intersubjetividade* – está inerentemente ligada à linguagem – trata-se de uma perspectiva antropológica que é apresentada em *Da subjetividade na linguagem*. No entanto, há outro sentido para subjetividade, que se relaciona à presença ou ausência de marcas formais no enunciado ligadas à categoria de pessoa.⁹ Nesse sentido,

⁷ O artigo foi originalmente publicado no *Bulletin de la Société de linguistique de Paris LVI*.

⁸ Todos esses textos estão inseridos no primeiro dos três grandes momentos da reflexão de Benveniste que Flores (2013) identifica sobre o que convencionou-se chamar de *teoria da enunciação*: a distinção pessoa/não pessoa, a distinção semiótico/semântico e a formulação da ideia de *aparelho formal da enunciação*. Flores inclui os seguintes textos como representantes desse momento de reflexão: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *A linguagem e a experiência humana* (1965) e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968)

⁹ cf. verbete “Subjetividade - Benveniste” no *Dicionário de Linguística da Enunciação* e SILVA (2021)

subjetividade se opõe a *objetividade*. Subjetividade se refere ao que é do domínio da pessoa (eu-tu), enquanto objetividade se refere ao que é do domínio da não-pessoa (ele). É importante destacar que esses dois sentidos não são contraditórios, uma vez que se referem a questões diferentes: assim, falar de uma *objetividade* que se define pelas marcas nos enunciados não se opõe à ideia de *subjetividade na linguagem* apresentada em 1958.¹⁰

2.1.3 Em relação à flutuação terminológica

Além dos problemas já mencionados, uma das maiores dificuldades de leitura que a obra de Benveniste nos impõe diz respeito à presença, em sua produção, de flutuação terminológica, como atestam Flores (2013) e Normand (1986). Há usos homonímicos, polissêmicos e sinonímicos de termos em mais de um texto e mesmo dentro do mesmo texto (FLORES, 2013). Além disso, há a presença de termos da tradição gramatical ou psicológica (como sujeito, intersubjetividade, sujeito do verbo); de termos não-teóricos (como falante, locutor, participante...) e de termos teóricos (como pessoa, enunciação, instância de discurso, realidade de discurso) (NORMAND, 1986).

Em relação ao texto aqui estudado, atentar-se para essa flutuação terminológica é especialmente importante em relação às ocorrências do termo *enunciação*, que aparece com dois sentidos principais. Um primeiro sentido se aproxima da noção de *ato de linguagem*¹¹ e pode ser relacionado aos sentidos de *enunciação* que encontramos nos textos *Da subjetividade na linguagem* (1958), *A filosofia analítica e a linguagem* (1963) e *O aparelho formal da enunciação* (1970) (ONO, 2007).

No entanto, não é esse o sentido de *enunciação* na denominação dos dois planos¹² (*enunciação histórica* e *enunciação de discurso*). Aqui, há um segundo sentido, destacado por Ono (2007) e Flores (2013), que é o de *enunciado*. Flores observa que muitos mal-entendidos foram causados por um engano de leitura por conta do uso da palavra “enunciação” na denominação dos dois planos. Se lermos “enunciação” considerando a definição de 1970, presente em *O aparelho formal da enunciação*, parece haver uma contradição: em determinado

¹⁰ Assim, quando Benveniste, no texto de 1959, fala de um *passado subjetivo* que se opõe a um passado que “objetiviza o acontecimento” (BENVENISTE, 2005, p. 275), trata-se de subjetividade nesse segundo sentido. Falar em um passado subjetivo não se contrapõe à ideia de subjetividade na linguagem; trata-se apenas da observação de marcas nos enunciados.

¹¹ É esse o sentido de *enunciação*, por exemplo, quando Benveniste define *discurso* como “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 2005, p. 229).

¹² A proposta de distinção de dois planos da enunciação será detalhada na seção 1.2.

momento, Benveniste afirma que na *enunciação histórica* “ninguém fala”¹³, colocação sem cabimento se tomarmos *enunciação* como *ato individual de utilização da língua*, tal qual a elaboração de 1970. Contudo, observando com atenção algumas passagens, percebemos que nem sempre *enunciação* corresponde à definição que aparece em *O aparelho formal da enunciação*.¹⁴

Assim, em nossa opinião, há, no mínimo, dois sentidos de *enunciação* que coexistem no artigo de 1959: por um lado, *enunciação* com um sentido próximo do de *ato*; por outro, *enunciação* com o sentido de *enunciado*. Em relação aos planos da história e do discurso, ambos são “disponíveis para cada locutor” (BENVENISTE, 2005, p. 262) - disponíveis para serem enunciados (no sentido 1) - no entanto, os critérios para identificar um e outro plano são formas observáveis nos *enunciados* (*enunciação* no sentido 2).

Feitas essas primeiras observações acerca dos cuidados que devem acompanhar a leitura desse texto, passamos à apresentação do artigo.

2.2 As relações de tempo no verbo francês

Vamos, então, ao texto: como em tantos outros artigos, a reflexão de Benveniste em *As relações de tempo no verbo francês* parte de uma crítica à maneira como um determinado tema é tradicionalmente tratado. Neste caso, Benveniste assim procede para revisar a forma como o sistema temporal de verbos do francês é tradicionalmente compreendido. Ele propõe duas subdivisões:

- Uma divisão entre *enunciação histórica* e *enunciação do discurso*, que se define por duas séries de critérios: de tempo e de pessoa
- Uma divisão, compreendendo as formas compostas do verbo, entre *formas de ação acabada* (perfeitos) e *formas de anterioridade*

Embora a primeira divisão tenha ganhado maior notoriedade - e tenha sido o alvo de muitas críticas - neste capítulo serão apresentadas as duas propostas, que surgem como resultado da empreitada de Benveniste em “procurar, numa visão sincrônica do sistema verbal

¹³ Quando Benveniste afirma que “ninguém fala” na enunciação histórica, refere-se às marcas formais no *enunciado*. No entanto, essa afirmação de forma alguma implica que a enunciação histórica exclua a enunciação enquanto *ato*. Essa distinção fica mais clara em uma passagem no início do artigo, quando Benveniste afirma, a respeito dos dois sistemas da história e do discurso, que “*todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor*”. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso*” (p. 261-262 - grifos nossos). Há dois sistemas inscritos na língua que permanecem disponíveis para o locutor que enuncia; mas esses planos de enunciação são identificados a partir de critérios formais observáveis nos enunciados.

¹⁴ Esse também é o ponto de vista de Ono (2007), que destaca que as ocorrências da palavra *enunciação* quando Benveniste fala dos planos da enunciação referem-se a *enunciados*.

em francês moderno, as relações que organizam as diversas formas temporais” (BENVENISTE, 2005, p. 261).

2.2.1 As divisões tradicionais das formas pessoais do verbo francês

A formulação dessas duas grandes divisões parte das críticas de Benveniste à maneira pela qual as formas pessoais do verbo francês são tradicionalmente classificadas, que toma a noção de *tempo* como um critério de organização: há uma série de paradigmas temporais que se agrupam conforme as três grandes categorias de tempo (presente, passado e futuro), por exemplo: na categoria de tempo “passado”, agrupam-se os paradigmas temporais como *passé simple* (passado simples ou aoristo, como Benveniste o chama), *passé composé* (passado composto ou perfeito), *imparfait* (imperfeito), *plus-que-parfait* (mais-que-perfeito)... No entanto, Benveniste percebe que essas divisões “permanecem (..) longe das realidades de emprego” (BENVENISTE, 2005, p. 260) e que a noção de tempo não é um critério suficiente para indicar a *possibilidade* ou a *posição* de uma forma no sistema verbal.

Assim como o critério temporal, Benveniste percebe que o critério do *aspecto* também não oferece um princípio unívoco de relação, não sendo suficiente para organizar as formas pessoais do verbo francês. Outro problema na classificação tradicional é que os paradigmas verbais são normalmente organizados seguindo critérios *morfológicos*, que identificam como parte de uma mesma conjugação todas as formas verbais que são tiradas de um mesmo tema (BENVENISTE, 2005, p. 261).

Para Benveniste, “a organização dos tempos depende de princípios menos evidentes e mais complexos” (BENVENISTE, 2005, p.261). Sua proposta consiste em, por meio da observação de uma aparente “falha” no sistema, lançar luz sobre as relações que organizam as formas temporais do sistema verbal francês. Essa falha é a coexistência de duas formas, em francês, para a expressão do passado: o aoristo e o perfeito¹⁵.

A interpretação tradicional sugere que as duas formas são equivalentes e que o francês estaria passando por uma fase de transição, ao fim da qual o passado composto ocuparia o lugar do passado simples¹⁶ - evidência disso seria o uso do aoristo na escrita, mais conservadora, e do perfeito na fala.

¹⁵ Trata-se do *passé simple* e do *passé composé*, segundo a nomenclatura gramatical tradicional

¹⁶ Em relação a essa interpretação, Benveniste cita um artigo de 1909 intitulado “Sur la disparition des formes simples du prétérit”, no qual Antoine Meillet defende que o passado simples está desaparecendo e que o uso que permanece em certos contextos escritos “não responde mais ao sentimento atual dos sujeitos falantes” (MEILLET, 1982, p.157). Meillet identifica um processo de desaparecimento das formas simples do passado que se dá em dois momentos: o surgimento de uma forma composta de pretérito e a generalização dessa forma, de modo a substituir

No entanto, Benveniste questiona essa interpretação, perguntando-se: (a) por que haveria uma diferença de temporalidade entre língua escrita e língua falada? (b) Por que essa diferença não existe em relação a formas similares (como o futuro simples e o futuro composto)? E, por fim: (c) de fato é possível observar a distribuição do uso dessas formas entre fala e escrita?

É a partir da percepção de que as classificações tradicionais não dão conta de explicar o sistema verbal do francês que Benveniste empreende sua própria observação e identifica critérios diferentes como organizadores desse sistema. Vamos a eles:

2.2.2 Enunciação histórica e enunciação de discurso

Eis, então, a primeira proposta de distinção de Benveniste:

Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em *dois sistemas* distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso* (BENVENISTE, 2005, p. 261).

Benveniste identifica dois subsistemas de tempos e de pessoas verbais que atravessam o sistema verbal francês, o plano da *história* e o plano do *discurso*. Esses dois planos “se delimitam (...) em traços positivos e negativos” (BENVENISTE, 2005, p.270). Os traços que Benveniste identifica dizem respeito, principalmente, a marcas observáveis em enunciados, que identificam um enunciado como pertencente ao plano da história ou ao plano do discurso. Ou seja, de acordo com a situação e com a sua intenção, o locutor faz escolhas espontaneamente, e há marcas que podemos identificar nos enunciados - de tempo e de pessoa - que os caracterizam como pertencentes a um dos planos ou modos de enunciação.

2.2.2.1 O plano da *enunciação histórica*

O primeiro plano, ou modo, de enunciação que Benveniste identifica é o da *enunciação histórica*. Esse plano é a manifestação da *intenção histórica*, que o linguista caracteriza como “uma das grandes funções da língua.” (BENVENISTE, 2005, p.262). Essa *intenção histórica* é caracterizada, pelo menos, por dois aspectos: o narrador busca relatar os eventos *objetivamente* (BENVENISTE, 2005, p. 269), sem que o locutor interfira na narrativa (BENVENISTE, 2005,

os usos do passado simples. O primeiro momento seria geral para as línguas indo-europeias; o segundo ocorreria em apenas algumas.

p. 262), e *relatá-los como pertencentes ao passado*. Pertencem a esse modo de enunciação os relatos da História, mas também muitos textos literários. Como Benveniste pontua na nota 224 da edição brasileira, a enunciação histórica dos acontecimentos independe de uma “verdade objetiva”. Basta que o autor narre com objetivos históricos, com uma intenção histórica, para que o enunciado pertença a esse plano.

Um locutor, ao narrar com *intenção histórica*, emprega espontaneamente certas formas linguísticas. Em primeiro lugar, há a questão da relação de pessoa: nas narrativas históricas, encontramos apenas formas de *terceira pessoa*. No entanto, o valor da terceira pessoa na narrativa histórica não corresponde ao valor de terceira pessoa no discurso. A diferença reside no fato de que, na narrativa histórica, não há relação de pessoa *eu:tu*, porque todas as formas empregadas são de terceira pessoa, configurando uma verdadeira *ausência de pessoa*; ao contrário do discurso, no qual a terceira pessoa opõe-se sempre a uma pessoa *eu:tu*.

Outra marca formal diz respeito à distribuição dos tempos verbais. Na *enunciação histórica*, os tempos admitidos são: **oristo** (o *passé simple* das gramáticas), **imperfeito** (*imparfait*) - incluindo-se a forma condicional, **mais-que-perfeito** (*plus-que-parfait*) e **prospectivo**, todos em forma de terceira pessoa. Os tempos excluídos são: **presente** (com exceção do “presente da definição”, um recurso estilístico), **perfeito** (*passé composé*) e **futuro** (simples e composto).

Na narrativa histórica, são excluídos o perfeito¹⁷, o presente e o futuro. Esses dois últimos são, segundo Benveniste, incompatíveis com a intenção histórica:

o presente seria necessariamente então o presente do historiador, mas o historiador não pode historiar-se sem desmentir o seu objetivo. Um acontecimento, para ser apresentado como tal na expressão temporal, deve ter cessado de ser presente, deve não poder mais ser enunciado como presente. Pela mesma razão o futuro é excluído; não é mais que um presente projetado para o porvir, implica prescrição, obrigação, certeza, que são modalidades subjetivas, não categorias históricas. (BENVENISTE, 2005, p. 271)

2.2.2.2 O plano da *enunciação de discurso*

A enunciação histórica se opõe ao discurso, que é, conforme definido nesse texto, “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.” (BENVENISTE, 2005, p. 267). Essa distinção impõe uma consequência importante: ao contrário da enunciação histórica, em que só existem formas de terceira pessoa, na enunciação do discurso, como há sempre um locutor e um ouvinte, há sempre a relação de

¹⁷ Trataremos dessa exclusão no item 2.2.2.3

pessoa *eu:tu*: “explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte” (BENVENISTE, 2005, p.268)

Na *enuniação do discurso*, os tempos admitidos são todos, em todas as formas, pessoais, salvo um: o **aoristo** (simples ou composto), que é o tempo excluído do discurso. Os tempos fundamentais desse modo de enuniação são: **presente, futuro e perfeito**.

Além da *enuniação histórica* e da *enuniação de discurso*, Benveniste também identifica um terceiro modo de enuniação, cujas particularidades não são analisadas no artigo: trata-se do *discurso indireto*, em que “o discurso é referido em termos de acontecimentos e transposto para o plano histórico” (BENVENISTE, 2005, p.267).

No quadro a seguir, buscamos resumir as principais diferenças entre o plano de enuniação histórica e o plano de enuniação de discurso, destacando as características que parecem ser gerais (de todas as línguas) dos aspectos específicos da língua francesa:

Quadro 1 - enuniação histórica e enuniação de discurso

		Enuniação histórica	Enuniação de discurso
Geral	Definição	Manifestação da intenção histórica (função da língua): o locutor narra fatos como pertencentes ao passado e não interfere nessa narrativa, o que cria um efeito de objetividade	“Qualquer enuniação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 2005, p. 267)
	Relação de pessoa	Ausência de pessoa - há apenas formas de terceira pessoa	Relação de pessoa eu:tu/ele terceira pessoa se opõe a eu:tu
Particular	Enunciados observáveis (fr)	Textos históricos Muitos textos literários	Discursos orais Gêneros escritos em que “alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 267)
	Tempos incluídos (fr)	Aoristo, imperfeito (incluindo o condicional), mais-que-perfeito e prospectivo	Todos, com exceção do aoristo. Os tempos fundamentais são: presente, perfeito e futuro
	Tempos excluídos (fr)	Presente, perfeito e futuro	Aoristo

Fonte: elaborado pela autora

2.2.2.3 Aoristo e perfeito

A distribuição dos tempos verbais evidencia que a relação entre o aoristo e o perfeito como tempos para a expressão do passado no francês não é de equivalência e concorrência, ou seja, o perfeito não está em vias de substituir o aoristo. Na verdade, a ideia de que o passado simples está desaparecendo também não se sustenta: “uma forma não desaparece a não ser que a sua função não seja mais necessária ou que uma outra forma a cumpra melhor” (BENVENISTE, 2005, p.268). Esse não é o caso, pois o aoristo é uma forma fundamental, em francês, para a expressão da *intenção histórica*.

O aoristo é empregado por qualquer falante que narre um acontecimento passado com intenção histórica; isso fica evidente ao analisar, por exemplo, traduções do inglês (em que não há equivalente para esse tempo) para o francês, como Benveniste mostra na nota 232 da edição brasileira. O aoristo é, em francês, o tempo essencial da narrativa histórica pois é o adequado para mostrar a relação objetiva dos acontecimentos. Trata-se do único tempo que é excluído do discurso: “Introduzido no discurso, o aoristo parecerá pedante, livresco” (BENVENISTE, 2005, p.271)¹⁸.

O perfeito, ao contrário, “estabelece um laço vivo entre o acontecimento passado e o presente no qual a sua evocação se dá.” (BENVENISTE, 2005, p.234), e “é o tempo daquele que relata os fatos como testemunha, como participante; é, pois, também o tempo que escolherá todo aquele que quiser fazer repercutir até nós o acontecimento referido e ligá-lo ao nosso presente” (BENVENISTE, 2005, p.234). O historiador, evidentemente, jamais escolherá um tempo verbal que o coloque como testemunha ou como participante, já que isso escapa à intenção histórica. O ponto de referência do perfeito é o *momento do discurso*, enquanto o ponto de referência do aoristo é o *momento do acontecimento* (BENVENISTE, 2005, p.234).

No entanto, há algo mais a se considerar: como vimos, a enunciação histórica exclui formas autobiográficas, permitindo apenas formas de terceira pessoa. A consequência disso é que a narrativa histórica só permite formas de terceira pessoa do aoristo¹⁹. Conclusão: não encontramos formas pessoais do aoristo nem no discurso, pois trata-se de um tempo verbal excluído desse modo de enunciação, nem na narrativa histórica, pois são formas pessoais.

A partir da distinção entre os planos da enunciação, sua caracterização e suas marcas formais, fica óbvio que a distinção entre *língua falada e língua escrita* para caracterizar o uso do aoristo ou do perfeito não se sustenta. A *enunciação histórica* é, de fato, predomina na língua

¹⁸ De fato, o próprio Meillet comenta, em seu texto citado acima: “ (...) a forma do “passado definido” aparece para mim como bárbara ou pedante, e não consigo escutá-la na conversação ou lê-la em uma carta familiar sem ficar fortemente chocado” (MEILLET, 1982, p.150-151, tradução nossa.)

¹⁹ Sobre isso, Benveniste faz uma ressalva, separando as narrativas da História da literatura. Os romancistas, segundo ele, empregam a primeira pessoa do aoristo sem dificuldade.

escrita; a *enunciação do discurso*, no entanto, não compreende apenas a língua falada, mas também a língua escrita em “todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa” (BENVENISTE, 2005, p.267).

Antes de passar à exposição da próxima divisão, é preciso destacar algo muito importante: a passagem de um plano ao outro é instantânea, permitindo que haja discurso no interior de uma narrativa histórica, por exemplo, como Benveniste identifica em um trecho de uma obra de Balzac.

Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente. Cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso. O “próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas (BENVENISTE, 2005, p. 267)

Por conta disso, dificilmente encontram-se formas “puras” de narrativas históricas - qualquer enunciado que faça referência à instância de enunciação que o constitui (marcando linguisticamente a presença da pessoa *eu*, por exemplo), fará parte do plano da enunciação de discurso e será organizado a partir desse outro sistema de tempos e pessoa.

2.2.3 Formas de ação acabada e formas de anterioridade

Os tempos verbais no francês, como vimos, são distribuídos nos dois modos de enunciação:

Quadro 2 - tempos admitidos e excluídos nos planos de enunciação no francês

	Enunciação histórica	Enunciação de discurso
Tempos admitidos	Aoristo, imperfeito (incluindo o condicional), mais-que-perfeito e prospectivo	Todos, com exceção do aoristo. Os tempos fundamentais são: presente, perfeito e futuro
Tempos excluídos	Presente, perfeito e futuro	Aoristo

Fonte: elaborado pela autora

Essa divisão inclui os tempos simples e compostos; no entanto, ao perceber que o perfeito funciona como um *equivalente funcional* do aoristo no discurso (ambos servem à expressão do passado, cada um em um modo de enunciação), Benveniste aponta um novo problema: por conta dessa equivalência, o perfeito é um tempo; ao mesmo tempo, também é “algo que não um tempo” (BENVENISTE, 2005, p.271). Trata-se de “algo que não um tempo” porque as formas compostas mantêm dois tipos de relação com as formas simples: funcionam

como *um correlato no perfeito* para a forma simples e também como um indicador de *anterioridade*.

Em primeiro lugar, é preciso pontuar que na língua francesa existem formas verbais simples, compostas e sobrecompostas, por exemplo:

Quadro 3- formas verbais simples, compostas e sobrecompostas no francês

Forma simples	Forma composta	Forma sobrecomposta
Presente	Perfeito (<i>passé composé</i>)	Passado sobrecomposto
<i>Il écrit</i>	<i>Il a écrit</i>	<i>Il a eu écrit</i>
Imperfeito	Mais-que-perfeito	Mais-que-perfeito sobrecomposto
<i>Il écrivait</i>	<i>Il avait écrit</i>	<i>Il avait eu écrit</i>

Fonte: elaborado pela autora

Cada forma simples tem uma forma composta correlata, que mantém dois tipos de relações com o tempo simples. O que determina o tipo de relação, em cada caso, é a sintaxe do enunciado. As relações que as formas compostas podem estabelecer com as formas simples são de *formas de ação acabada* ou de *formas de anterioridade*.

2.2.3.1 Formas de ação acabada

Para cada tempo simples, há um tempo correlato no *perfeito*, ou seja, um tempo composto que exprime “uma noção como ‘acabada’ em relação ao momento considerado e a situação ‘atual’ como resultando desse cumprimento temporalizado” (BENVENISTE, 2005, p. 272). Assim, cada tempo simples tem como “par” um tempo composto:

Quadro 4 - relação entre tempos simples e tempos compostos no francês

Tempo simples		Perfeito	
Presente	<i>Il écrit</i>	Passado composto	<i>Il a écrit</i>
Imperfeito	<i>Il écrivait</i>	Mais-que-perfeito	<i>Il avait écrit</i>
Aoristo	<i>Il écrivit</i>	Passado anterior	<i>Il eut écrit</i>
Futuro	<i>Il écrira</i>	Futuro anterior	<i>Il aura écrit</i>

Fonte: elaborado pela autora

O critério que permite distinguir as formas de perfeito é formal: podem-se construir como verbos de uma proposição livre. Além disso, a relação entre as formas de ação acabada é paradigmática.

2.2.3.2 Formas de anterioridade

Outra função dos tempos compostos é a de indicar anterioridade em relação ao tempo simples, criando uma relação lógica e intralinguística que não reflete uma relação cronológica apresentada na realidade objetiva. (BENVENISTE, 2005, p.273). Há duas marcas formais que identificam as formas de anterioridade:

- Ao contrário das formas de perfeito, não existem como formas livres;
- São utilizadas junto com uma forma simples do mesmo nível temporal.

Por exemplo: o mais-que-perfeito pode indicar anterioridade em relação ao imperfeito; o passado composto, em relação ao presente. O quadro a seguir ilustra as relações de anterioridade entre formas simples e formas compostas a partir dos exemplos de Benveniste:

Quadro 5 - relação entre tempos simples e tempos compostos no francês para indicação de anterioridade

Forma simples	Forma composta indicando anterioridade	Exemplo
Presente <i>il l'envoie</i>	Perfeito (passado composto) <i>Il a écrit</i>	<i>Quando il a écrit une lettre (il l'envoie)</i>
Imperfeito <i>Il l'envoyait</i>	Mais-que-perfeito <i>Il avait écrit</i>	<i>Quando il avait écrit une lettre (il l'envoyait)</i>
Aoristo (passado simples) <i>Il l'envoya</i>	Passado anterior <i>Il eut écrit</i>	<i>Quand il eut écrit une lettre (il l'envoya)</i>
Futuro <i>Il l'enverra</i>	Futuro anterior <i>Il aura écrit</i>	<i>Quand il aura écrit une lettre (il l'enverra)</i>

Fonte: elaborado pela autora

Essas marcas são consequências do fato de que, quando os tempos compostos indicam anterioridade, não trazem em si uma referência temporal; indicam, na verdade, anterioridade em relação ao tempo simples com o qual se combinam na frase. As formas de anterioridade não travam relações paradigmáticas entre si, como as formas de ação acabada, porque só entram em oposição com as formas simples, criando relações sintagmáticas.

2.2.3.3 O perfeito e sua relação com o aoristo e com o presente

Identificadas as duas funções que as formas compostas podem exercer em relação às formas simples, Benveniste percebe que há uma particularidade sobre o *passé composé*. Essa particularidade é resultado de um processo que criou, na língua francesa, uma falha que foi remediada pelo sistema. Esse processo começou com a equivalência funcional entre *passé simple* e *passé composé* - aoristo e perfeito; duas formas para a expressão do passado. Como vimos, não se trata de duas formas exatamente equivalentes, pois uma pertence ao discurso e a outra à história. No entanto, é fato que em algum momento o *passé composé* passou a ocupar o lugar, no discurso, do *passé simple*; processo que Benveniste acredita ter começado pela primeira pessoa, o eixo da subjetividade (BENVENISTE, 2005, p.275). Com o passar do tempo, o aoristo foi se especificando como tempo do acontecimento histórico, distanciando-se do passado subjetivo. O passado subjetivo, por sua vez, expressado pelo *passé composé*, associou-se à marca de pessoa no discurso. Assim, há, na língua, duas formas para a expressão do passado, para marcar esse passado como mais “objetivo” ou como mais “subjetivo”.

A partir do momento em que o perfeito, ou *passé composé*, passou a funcionar como um equivalente funcional do passado, passou a ter a função de um tempo simples, para exprimir o passado subjetivo, funcionando como um “aoristo do discurso”. Assim, o passado composto passa a funcionar duplamente, como tempo simples e como tempo composto; e como tempo composto, como já vimos, mantém dois tipos de relações com o seu tempo simples correlato (o presente):

Quadro 6 - valores do *passé composé*

<i>Passé composé</i>	Tempo composto	Ação acabada (perfeito) de presente
		Forma de anterioridade de presente
	Tempo simples	Passado subjetivo, “aoristo do discurso”

Fonte: elaborado pela autora

Essa configuração criou um problema, pois as formas de *passé composé* tornam-se ambíguas e cria-se uma deficiência no sistema. Essa deficiência consiste no fato de que cada tempo simples tem um tempo composto correlato, como já vimos; no entanto, o *passé composé* - um tempo composto - deslizou para o grupo dos tempos simples, por conta de suas funções. Assim, criou-se a necessidade de um novo tempo composto para ser seu par, para “reparar” o sistema. Esse tempo cria-se a partir de uma forma já composta, configurando-se como um

tempo sobrecomposto, que serve para reparar o sistema. Para uma forma *J'ai fait* que funciona como aoristo do discurso, portanto, há um correlato sobrecomposto “j'ai eu fait”:

Quadro 7 - correlatos do *passé composé* como tempo composto e como tempo simples

Tempo simples	Tempo composto
Presente: <i>je fais</i>	<i>Passé composé: j'ai fait</i>
<i>Passé composé: j'ai fait</i>	Passado sobrecomposto: j'ai eu fait

Fonte: elaborado pela autora

Feitas essa primeira apresentação do texto, no próximo capítulo nos debruçamos sobre alguns dos efeitos provocados pelo artigo de Benveniste.

3 ENUNCIÇÃO HISTÓRICA E ENUNCIÇÃO DE DISCURSO: ALGUNS EFEITOS

Após a publicação de *As relações de tempo no verbo francês*, em 1959, a distinção entre *enunção histórica* e *enunção de discurso* proposta por Benveniste foi acolhida com fervor, além de ter provocado muitas críticas. Os inúmeros efeitos suscitados por esse artigo se encontram tanto no campo dos estudos linguísticos *stricto sensu* quanto em outras áreas de conhecimento, como os estudos literários. Além disso, a produtividade dessa distinção não se encontra apenas nos trabalhos teóricos: os planos de enunção de Benveniste passaram, por exemplo, a fazer parte de manuais de gramática escolares de língua francesa, fato que nos dá uma ideia da grande importância que o artigo adquiriu.

Neste capítulo, será traçado um percurso – bastante incompleto – da recepção desse texto, com especial atenção para a distinção já citada. Trata-se de um percurso incompleto pois foram e continuam sendo tantas as reações ao artigo de Benveniste (críticas, defesas, comentário, usos do conceito de maneira mais ou menos apropriada...) que se torna impossível a tarefa de traçar um percurso exaustivo da recepção do artigo nos limites deste trabalho. Assim, trataremos apenas de alguns de seus efeitos, apresentando a leitura daqueles autores que nos parecem essenciais para se ter alguma noção das discussões em torno de *As relações de tempo no verbo francês*.

Dentro do campo dos estudos linguísticos *stricto sensu*, os autores escolhidos foram alguns dos responsáveis pelas críticas ou comentários mais conhecidos. Assim, falaremos de como esse artigo de Benveniste é abordado por Harald Weinrich em *Le temps* e por Jean Cervoni na obra *A enunção*. Em se tratando de outros campos, de uma perspectiva *lato sensu*, apresentaremos duas importantes leituras: a de Gérard Genette no artigo *Frontières du récit* e de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*.

O objetivo, aqui, é entender como a distinção foi acolhida nessas produções para em seguida, no terceiro capítulo, abordar uma possibilidade de leitura de um aspecto do texto à luz das reações que provocou e das questões levantadas por essas reações. Antes de prosseguir, no entanto, é preciso fazer alguns alertas sobre a produtividade da distinção *enunção histórica* e *enunção de discurso* e a forma como aparece em diversas obras. Em primeiro lugar, em muitos contextos a distinção aparece como *narrativa/discurso* (*récit/discours*): essa renomeação é de autoria de Gérard Genette (1966) e tornou-se bastante conhecida, sendo possivelmente até mais utilizada do que os termos originais de Benveniste. Trataremos com mais detalhes dos termos dessa mudança na seção destinada a Genette.

Além disso, quando se fala em *enunciação histórica/enunciação de discurso* ou em *narrativa/discurso*, frequentemente há uma mistura do que Benveniste afirma em seu artigo com outras propostas teóricas. Revaz, Lugrin e Adam (1998), por exemplo, observam que, em muitas obras de introdução e manuais de gramática, a distinção *récit/discours* resulta de uma mistura das teses de Benveniste e de Harald Weinrich. Os trabalhos de Vassant (1981) e Barberis e Madray (1983) destacam especialmente a falta de homogeneidade terminológica em relação a como esses termos aparecem nos manuais escolares, afastando-se enormemente, em muitos casos, das definições de Benveniste. Assim, embora em várias dessas obras essa distinção seja creditada a Benveniste, nem sempre se trata, exatamente, daquilo que encontramos no artigo de 1959.

Outra observação importante é que as categorias propostas por Benveniste se assemelham a outras propostas anteriores ou posteriores à publicação de seu artigo²⁰, como a própria proposta de Weinrich, *mundo comentado/mundo narrado*, que tem relação com a distinção benvenistiana e que será abordada mais adiante. Essas propostas trazem como ponto comum a hipótese de que há dois modos de enunciação na língua, afastando-se das repartições tradicionais dos paradigmas verbais.

Enfim, vamos aos autores: iniciaremos com a recepção *lato sensu*, ou seja, por autores que não se restringem aos estudos linguísticos - Gérard Genette (1966) e Paul Ricoeur (1983²¹) - e em seguida apresentaremos os autores do campo dos estudos linguísticos: Harald Weinrich (1964), e Jean Cervoni (1987).

3.1 Recepção *lato sensu*

3.1.1 Gérard Genette: narrativa/discurso

Já mencionamos que, em alguns contextos, encontra-se a distinção *narrativa/discurso* (em francês: *récit/discours*) em vez de *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*. Essa renomeação é de autoria de Gérard Genette, que utilizou a distinção de Benveniste em suas reflexões sobre a narrativa.

Em um artigo intitulado “*Frontières du récit*”, publicado em 1966, Gérard Genette, em uma reflexão sobre a expressão literária, contesta a definição comum de narrativa, que é dada

²⁰ Revaz, Lugrin e Adam (1998) citam como exemplos as seguintes distinções: *noncal/toncal*, de Demourette et Pichon (1936); *actuel/inactuel*, de Pottier e Cosereu (1974); *régriste énonciatif/registre non actualisé*, Desclés e Guentchere (1987); *discours assertif/fiction narrative*, Kate Hamburger (1977)

²¹ Trata-se da data de publicação do segundo tomo de *Tempo e Narrativa*, parte da obra em que Ricoeur trata da distinção *enunciação histórica/enunciação de discurso*

em termos positivos. Desde seu ponto de vista, o ato narrativo é “singular, artificial e problemático” (GENETTE, 1966, p. 152). Buscando estabelecer, em lugar de uma definição positiva, os limites *negativos* da narrativa, Genette identifica três fronteiras da narrativa com formas não-narrativas: (1) *diègesis* e *mimesis*²², (2) narração e descrição²³ (fronteira interna à narrativa) e (3) narrativa e discurso, a fronteira mais importante e significativa. É na definição da terceira fronteira que Genette utiliza a distinção benvenistiana entre *enunicação histórica* e *enunicação de discurso*, renomeada por ele como *narrativa* e *discurso* (*récit* e *discours*).

Para contextualizar a forma como a distinção benvenistiana foi utilizada por Genette, é necessário compreender de que se trata essa divisão entre narrativa e discurso. Na definição da terceira fronteira, Genette observa que tanto Platão quanto Aristóteles reduziram a literatura ao domínio particular da literatura representativa (*poièsis* = *mimesis*); Safo e Píndaro, por exemplo, são excluídos da *Poética* por negligenciarem a função representativa da poesia, uma vez que não faziam imitação de uma ação exterior à figura do poeta, mas tomavam um discurso em seu próprio nome. A consequência disso é que aquilo que chamamos hoje de literatura seria dividido em duas partes: uma literatura representativa e uma literatura que corresponderia a essa expressão direta, excluída da *Poética*.

Segundo Genette, essa divisão da literatura em dois grandes grupos corresponde, de certa maneira, à distinção de Benveniste, conforme o quadro abaixo, que busca ilustrar a relação que Genette estabelece entre as categorias aristotélicas, especialmente, e a divisão de Benveniste.

Quadro 8 - relação entre as categorias aristotélicas e benvenistianas segundo Genette (1966)

Aristóteles	Exemplos ²⁴	Benveniste
-------------	------------------------	------------

²² Em relação à primeira fronteira, Genette busca delimitar *diègèsis* e *mimesis* a partir da leitura da *Poética* e da *República*. No entanto, Genette conclui que *mimesis* é *diegesis*. Isso porque a imitação direta, de gestos e palavras (como no gênero dramático), escapa ao plano linguístico, e, portanto, não há trabalho de representação. A imitação poética trata da representação, por meios verbais, de uma realidade não verbal e, excepcionalmente, verbal, então a imitação está na narração e não nos versos dramáticos. Segundo Genette, a imitação direita, enquanto *lexis* (forma de dizer, representação verbal), é uma tautologia - a linguagem só pode imitar perfeitamente a linguagem. Conclusão: o único modo que a literatura conhece como representação é o narrativo, que é o equivalente verbal de acontecimentos não verbais e também de acontecimentos verbais, a não ser em citações diretas, quando toda função representativa é abolida: a *mimesis* (representação literária) é *diegesis* (imitação imperfeita) porque a representação perfeita não é imitação, é a coisa mesmo. Assim, o único modo de literatura como representação é a narrativa.

²³ Há, na narrativa, narração - representação de ações e de acontecimentos - e descrição - representação de objetos ou de personagens. Genette afirma que essa distinção é recente (séc. XIX) e que se trata de um dos traços da consciência literária europeia.

²⁴ São exemplos citados por Genette, que abrangem também gêneros discursivos contemporâneos.

Modos não imitativos (excluídos da poética) - literatura não representativa	Expressão direta	Poesia lírica, reflexões morais e filosóficas, exposições científicas ou paracientíficas, ensaio, correspondência, jornal íntimo...	Discurso (discours)
Modos de imitação poética - literatura representativa	Imitação direta	Poesia dramática: discurso emprestado pelo poeta ou narrador a um personagem	
	Diègesis (narrativa)	Parte narrativa da poesia épica	Narrativa (récit)

Fonte: elaborado pela autora

Segundo Genette, o que Benveniste nos mostra é que algumas formas gramaticais são excluídas do discurso, enquanto outras formas marcam a forma estrita da narrativa. Genette chama atenção para o fato de que os detalhes disso são particulares de cada língua. Além disso, destaca que a oposição é definida por termos estritamente linguísticos: subjetividade do discurso diz respeito à presença ou referência a *eu* e à coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso; enquanto a objetividade da narrativa se define pela ausência dessa referência a *eu*. Assim, poder-se-ia opor a *autonomia da narrativa* - consequência desse apagamento da referência à instância do discurso que a constitui - à *dependência do discurso*, que se marca pelas referências à instância de discurso que o contém.

Genette também observa que, quando há a intrusão da narrativa no discurso, esse não cessa de ser discurso; pelo contrário, quando há a intrusão do discurso na narrativa, este permanecerá discurso. Dessa constatação, conclui que o discurso seria o modo natural da linguagem e a narrativa, um modo particular.

Quadro 9 - Pontos centrais da leitura de Genette (1966)

- Contexto: reflexão sobre a narrativa literária
- Objetivo de Genette: definir os limites negativos das narrativas
- A distinção de Benveniste aparece na delimitação da mais importante das fronteiras da narrativa com formas não-narrativas e é relacionada a distinções aristotélicas para caracterizar a narrativa literária;
- A oposição de Benveniste se define em termos estritamente linguísticos:
 - subjetividade do discurso - referência a *eu*
 - objetividade da narrativa - ausência de referência a *eu*

- Em relação à referência à instância do discurso, Genette opõe autonomia da narrativa a dependência do discurso
- Genette renomeia a distinção: *récit/discours*

Fonte: elaborado pela autora

3.1.1.1. Sobre a renomeação da distinção

É importante observar em que termos se deu a renomeação de *enunciação histórica/enunciação de discurso* para narrativa/discurso (*récit/discours*), uma vez que, como já alertamos, são esses os termos que encontramos em muitos manuais e textos posteriores.

Observamos que Genette tinha objetivos bastante específicos: dentro do domínio do texto literário, tentava estabelecer as fronteiras negativas para definir a narrativa (literária). Benveniste, ao tratar da enunciação histórica, não estava falando apenas de textos literários de ficção. No entanto, a renomeação *récit/discours* passou a ser muito utilizada e atribuída a Benveniste.²⁵

O próprio Genette, anos depois, comentou essa renomeação em *Nouveaux discours du récit*, texto endereçado aos leitores de *Figuras III* - obra na qual encontra-se o artigo *Frontières du récit*. Trata-se de uma espécie de *post scriptum* em que Genette relê a si mesmo e tece alguns comentários. Nesse texto, Genette distingue *histoire, récit e narration*:

- *histoire* (história) - conjunto de acontecimentos relatados
- *récit* (narrativa) - discurso oral ou escrito que relata os acontecimentos
- *narration* (narração) - ato real ou fictício que produz esse discurso - o fato de narrar

Vemos, aqui, que as definições de história e narrativa se afastam da definição de enunciação histórica de Benveniste. O próprio Genette destaca esse aspecto e alerta para a importância de compreender as distinções em seus contextos:

Une partition duelle entre histoire et récit rebat inévitablement les un contre les autres les faits que j'assigne plus loin au *mode* et à la *voix*. D'autre part, elle risque fort d'engendrer une confusion, effectivement répandue, entre ce couple et celui précédemment avancé par Benveniste : *histoire/discours*, que j'avais eu entre temps non le tort, mais le malheur de rebaptiser, pour les besoins d'une autre cause, *récit/discours*. Alors, *histoire/discours, récit/discours, histoire/récit*, il y a effectivement de quoi s'y perdre, sauf si l'on veut bien respecter les contextes et laisser chacun garder ses propres vaches, ou compter ses propres moutons (...)²⁶ (GENETTE, 1983)

²⁵ Arrivé (1997) e Revaz, Lugrin e Adam (1998) são alguns dos autores que criticam o uso dessa renomeação

²⁶ Uma divisão dual entre história e narrativa inevitavelmente se choca com os fatos que eu atribuo a seguir ao *modo* e à *voz*. Por outro lado, arrisca-se muito a gerar uma confusão, efetivamente difundida, entre este par e aquele anteriormente apresentado por Benveniste: *história / discurso*, que eu, nesse ínterim, não por erro mas por uma infelicidade, rebatizei, para as necessidades de outra causa, como *narrativa/discurso*. Então, *história/discurso*,

3.1.2 Paul Ricoeur: enunciação histórica, enunciação de discurso e os jogos com o tempo

No segundo tomo de “Tempo e Narrativa”, buscando compreender os jogos com o tempo no interior da narrativa e se perguntando quais são os recursos que o sistema dos tempos verbais oferece à enunciação, Paul Ricoeur interroga, entre outros autores, Benveniste.

Para compreender em que termos se dá essa interrogação, é preciso compreender quais os objetivos de Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. A hipótese que orienta sua investigação é a seguinte:

(...) existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, para dizê-lo de outra maneira: *o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal* (RICOEUR, 2010a, p. 93).

Para Ricoeur, a composição da intriga tem um papel mediador entre um estágio da experiência prática que a precede e um estágio que a sucede. Ele explora essa relação de mediação entre tempo e narrativa a partir da apresentação de três momentos do processo mimético:

- mimesis I - tempo prefigurado - campo prático, da ação
- mimesis II - tempo configurado - função de mediação - configuração textual
- mimesis III - tempo refigurado pela recepção da obra (leitura) - experiência prática de novo

Nessa configuração, o leitor é um operador que, por meio do ato de leitura, assume a unidade do percurso de mimesis I a mimesis III através de mimesis II (RICOEUR, 2010a, p. 95). Apresentada, em linhas gerais, a grande tese de Ricoeur, passamos a observar como o artigo de Benveniste em questão aparece nessa reflexão.

É na terceira parte de *Tempo e Narrativa*, dedicada a uma investigação acerca da narrativa ficção²⁷, que Ricoeur interroga Benveniste especificamente em relação à distinção *enunciação histórica/enunciação de discurso*.

narrativa/discurso, história/narrativa, há realmente muito para se perder, a menos que se queira respeitar os contextos e deixar cada um tomar conta de suas próprias vacas ou contar suas próprias ovelhas.” (tradução nossa)

²⁷ É importante salientar que, ao contrário de Benveniste, Ricoeur separa a narrativa histórica da narrativa de ficção e as investiga de forma diferente. Ficção, nesse contexto, é definida como o domínio das “criações literárias que ignoram a ambição que tem a narrativa histórica de construir uma narrativa verdadeira” (RICOEUR, 2010b, p. 6) É apenas na reflexão sobre a narrativa de ficção que a distinção benvenistiana entre os dois planos da enunciação aparece. Benveniste, no entanto, não estabelece essa distinção em seu artigo, afirmando que, na definição de enunciação histórica, o importante é apenas o objetivo histórico do escritor, independentemente de sua verdade objetiva (BENVENISTE, 2005, p. 263).

Ricoeur busca compreender os jogos com o tempo que resultam do desdobramento entre enunciação e enunciado, desdobramento esse que é um privilégio da narrativa. Para isso, investiga quais são os recursos que o sistema dos tempos verbais oferece à enunciação, interrogando três autores: Émile Benveniste, Käte Hamburger e Harald Weinrich.

Para Ricoeur, as soluções encontradas por esses três autores fazem surgir um paradoxo: os sistemas de tempos que encontramos nas línguas *não* derivam da experiência fenomenológica do tempo e da distinção intuitiva entre presente, passado e futuro, ao mesmo tempo em que *não se desvinculam completamente* da referência à experiência fenomenológica do tempo (RICOEUR, 2010b, p. 105). Trata-se de perceber, então, a complexidade da relação entre tempo da ficção e tempo da experiência fenomenológica. A partir dessa constatação, as configurações narrativas são percebidas por Ricoeur como *autônomas* com relação à experiência cotidiana e *mediadoras* entre o antes e o depois da narrativa.

Ricoeur faz uma interrogação que se relaciona à grande tese de *Tempo e Narrativa*: como se dá a relação entre esse sistema dos tempos verbais e a vivência temporal? - evidentemente, trata-se de uma pergunta de Ricoeur e não de algo que Benveniste tenha se indagado. Ricoeur tenta entender o papel mediador da narrativa em relação à experiência temporal e, para isso, busca interrogar esses autores, mas cria sínteses e chega a conclusões que não se restringem a um estudo linguístico.

A resposta de Ricoeur é a seguinte: a distribuição dos tempos pessoais do verbo francês em dois sistemas distintos deve ser considerada independente da noção de tempo e de suas três categorias: presente, passado e futuro. No entanto, essa distinção entre dois sistemas de enunciação não deixa de ter *alguma* relação com o tempo. Nesse ponto, Ricoeur salienta a importância da ideia de *passado* na definição da enunciação histórica²⁸ - algo que nem sempre é bem percebido e sublinhado pelos seus leitores. O autor também salienta que pode-se fazer referência a um passado real ou fictício, algo que está bastante claro no artigo do Benveniste. Além disso, afirma que faz parte da noção de passado, para Benveniste, não implicar a autorreferência do locutor à sua própria enunciação, como no discurso.

Seguindo sua reflexão, Ricoeur afirma que, em relação ao presente, há duas questões a serem consideradas: a primeira é o critério gramatical, determinado pelo caráter autorreferencial da instância do discurso; a outra questão é o *significado* dessa autorreferência: trata-se da contemporaneidade da coisa narrada e da instância do discurso. Ainda, para Ricoeur, a relação

²⁸ Retomando a definição de Benveniste: “A enunciação *histórica*, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esses três termos, *narrativa*, *acontecimento*, *passado*, devem ser igualmente sublinhados” (BENVENISTE, 2005, p. 262)

entre o presente gramatical da instância do discurso e do presente vivido é, simultaneamente, uma relação de disjunção e de conjunção. Ricoeur também afirma que o discurso tem um papel na narrativa, embora Benveniste não olhe para isso (seus sucessores, sim).

Para Ricoeur, é necessário fazer uma distinção, na narrativa, entre *enunciação* (discurso, nos termos de Benveniste) e *enunciado* (narrativa, nos termos de Benveniste). Essa distinção cria um duplo problema:

- o problema das relações entre tempo da enunciação e tempo do enunciado;
- o problema das relações entre esses dois tempos e o tempo da vida/ação.

Ricoeur considera, na formulação desses problemas, três “tempos”:

- tempo de narrar - enunciação
- tempo narrado - enunciado
- tempo da vida/ação

É a conjunção e disjunção entre o tempo de narrar (enunciação) e o tempo narrado (enunciado) que projetam no mundo do texto uma experiência fictícia do tempo.

Quadro 10 - Pontos centrais da leitura de Ricoeur (1983)

- Contexto: reflexão na terceira parte da obra *Tempo e Narrativa*, que trata das narrativas de ficção; interroga outros autores do campo dos estudos linguísticos.
- Objetivo de Ricoeur: compreender os recursos que os tempos verbais oferecem à enunciação
- Os sistemas de tempos nas línguas não derivam da experiência fenomenológica do tempo, tampouco se desvinculam completamente dessa experiência
- Os dois planos de enunciação de Benveniste são independentes da noção de tempo, mas não deixam de ter alguma relação com essa noção
- A ideia de passado faz parte da definição de *enunciação histórica* de Benveniste
 - pode-se fazer referência a um passado real ou fictício;
 - faz parte da noção de passado não implicar a autorreferência do locutor à sua própria enunciação
- Em relação ao presente, há duas questões a serem consideradas: o critério gramatical, determinado pelo caráter autorreferencial da instância do discurso; e o *significado* dessa autorreferência

Fonte: elaborado pela autora

3.2 Recepção nos estudos linguísticos *stricto sensu*

3.2.1 Harald Weinrich: mundo narrado, mundo comentado

Harald Weinrich, na obra *Tempus Besprochene und erzählte Welt*, originalmente publicada em 1964, propõe uma distinção que se assemelha àquela de Benveniste: *mundo narrado e mundo comentado*²⁹. Essa semelhança é destacada mesmo por Weinrich, que afirma que a distinção *enunção histórica e enunção de discurso* recobre os mesmos fenômenos que a sua própria distinção, ainda que os métodos sejam bastante distintos (WEINRICH, 2012 p. 261). No entanto, há diferenças importantes entre as duas distinções. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que Weinrich parte dos pressupostos teóricos de uma linguística textual. Dentro desse quadro, sua investigação vai no sentido de encontrar regularidades de distribuição de formas linguísticas nos textos, determinando combinações preferenciais ou evitadas.

A divisão entre *comentário e narrativa* reparte os tempos verbais do francês em dois grandes grupos:

Quadro 11 – repartição dos tempos verbais do francês segundo Weinrich

mundo narrado	mundo comentado
presente <i>passé composé</i> futuro	<i>passé simple</i> imperfeito mais que perfeito condicional

Fonte: elaborado pela autora

Na distribuição dos tempos nos dois grandes grupos já há diferenças em relação à distinção benvenistiana: o imperfeito é identificado como restrito à narrativa e os tempos do comentário são menos numerosos em relação aos tempos da enunção de discurso.

No entanto, uma diferença ainda mais importante reside no ponto de partida de Weinrich para definir os dois grupos: as atitudes de locução. Ao mundo comentado, corresponderia uma atitude de locução que informa o interlocutor que uma atenção mais vigilante é necessária; ao mundo narrado, uma atenção um pouco mais relaxada (WEINRICH, 1964 apud GRUMBACH, 1977). Grumbach define essa atitude de locução como “a relação psicológica que ele [o locutor] mantém com o conteúdo de seu texto (e aquilo que ele tenta provocar em seu ouvinte)” (GRUMBACH, 1977, tradução nossa). Na distinção benvenistiana, pelo contrário, parte-se da

²⁹ Na tradução francesa, *monde raconté* e *monde commenté*, respectivamente

presença ou ausência de certas marcas formais no texto, e não de uma atitude psicológica do locutor.

A partir desses diferentes pontos de partida, ainda que possamos estabelecer certa aproximação entre a distinção de Weinrich e a de Benveniste, as relações que ambos identificam entre *passé composé* e *passé simple* são diferentes, como observa Grumbach (1977): em Weinrich, o primeiro é um tempo para comentar e o segundo, um tempo para narrar; para Benveniste, o *passé composé* implica referência à enunciação, enquanto o *passé simple* a exclui.

Ao abordar o problema das relações entre o *passé composé* e o *passé simple* em francês, a observação que Weinrich faz em relação aos usos de cada um em francês é parecida com a que faz Benveniste: na fala, o passado simples quase não é mais usado; na escrita, o uso é mais frequente na terceira pessoa. No entanto, as explicações de Weinrich para tal fenômeno se afastam das de Benveniste. A definição de que cada um pertence a um dos “mundos” parte da percepção de que os morfemas de tempo e pessoa têm relações fortes porque ambos caracterizam o ato de fala em relação à situação de comunicação (WEINRICH, 2012, p. 260). A partir dessa percepção, o linguista argumenta que os tempos narrativos são atraídos pela terceira pessoa porque a frequência de uso da primeira e da segunda pessoa, que designam o locutor e o auditor, é maior quando esses estão presentes. Segundo essa explicação, Weinrich afirma que o passado simples sempre foi mais “fraco” na primeira pessoa, sobretudo no plural, e na segunda.³⁰

Assim, o passado simples do francês combina-se preferencialmente com a terceira pessoa pois as narrativas não fazem referência à situação de comunicação. Isso faz com que o passado simples pertença ao *mundo narrado*. No entanto, Weinrich afirma que, se os tempos narrativos têm uma afinidade com a terceira pessoa, isso não deveria ser exclusividade do *passé simple*, mas o que verificamos é que o imperfeito, por exemplo, é um tempo narrativo que não tem as mesmas restrições de uso.

Nesse ponto, Weinrich recorre à distinção de Benveniste para explicar a particularidade de combinação do *passé simple* com a pessoa gramatical a partir da identificação dos planos de *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*. Do artigo de Benveniste, Weinrich destaca a percepção de que o passado simples está indisponível em certos contextos (na narrativa oral, por exemplo) e de que o passado composto tem um duplo estatuto no francês contemporâneo:

³⁰ Essa afirmação se afasta da interpretação de Benveniste, que afirma que o processo de mudança pelo qual o *passé composé* passou a exercer a mesma função do aoristo em certos contextos deve ter iniciado pela primeira pessoa, pois trata-se do eixo da subjetividade. A partir dessa mudança, o aoristo foi se especificando como tempo do acontecimento histórico e o *passé composé*, como tempo do passado subjetivo. Assim, o aoristo se associou à terceira pessoa e o *passé simples*, à primeira. (BENVENISTE, 2005, p. 275)

ora comporta-se como um tempo passado, equivalendo ao passado simples, ora comporta-se como uma forma de ação acabada.

No entanto, Weinrich afirma que há outras categorias importantes além da descrição combinatória de tempos e pessoa para a descrição do sistema linguístico. Assim, propõe uma reinterpretação de alguns aspectos da análise de Benveniste, acrescentando à noção de atitude de locução mais duas questões que devem ser levadas em questão para analisar o sistema temporal: a perspectiva de locução e a ênfase. A partir desses critérios, Weinrich analisa a frequência de combinação dos advérbios com os tempos verbais.

Quadro 12 - Pontos centrais da leitura de Weinrich (1964)

- a partir de uma linguística textual, propõe a divisão *mundo comentado* e *mundo narrado*, aproximando-se respectivamente de *enunciação de discurso* e *enunciação histórica*;
- seu ponto de partida é a atitude de locução;
- analisa a frequência de uso e combinações preferenciais das formas linguísticas;
- Weinrich considera a descrição combinatória de tempos e pessoa de Benveniste insuficiente e propõe três critérios para a descrição do sistema verbal: a atitude de locução, a perspectiva de locução e a ênfase

Fonte: elaborado pela autora

3.2.2 Jean Cervoni: a crítica à distinção

Uma das mais conhecidas críticas à distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* é a que Jean Cervoni apresenta na obra *A enunciação* (1987). Neste pequeno livro, o autor explora algumas das principais problemáticas relacionadas à enunciação. *As relações de tempo no verbo francês* aparece em sua obra ao tratar da questão do tempo. Para construir sua reflexão a esse respeito, Cervoni apresenta o ponto de vista de vários autores: entre eles, Benveniste e sua teoria³¹ sobre os dois planos de enunciação, que é duramente criticada.

Para compreender a natureza das críticas tecidas por Cervoni, é necessário primeiro esclarecer qual é o ponto de vista do autor em relação à dêixis temporal e ao sistema verbal, com especial atenção para suas explicações sobre os valores e usos do passado simples e do passado composto em francês. Tentamos sistematizar seu ponto de vista no quadro a seguir:

³¹ Utilizamos o termo “teoria” aqui porque é assim que Cervoni se refere à distinção entre dois planos de enunciação que Benveniste apresenta no artigo de 1959.

Quadro 13 - passado simples e passado composto em francês segundo Cervoni (1987)

Valor	Passado simples	Não se caracteriza por indicar um acontecimento pontual ³² , mas por captar “o acontecimento passado em sua superveniência no tempo ” (CERVONI, 1989, p.37)
	Passado composto	Exprime o resultado presente de um acontecimento inteiramente superado É quase equivalente ao passado simples, porém capta a totalidade do processo de dentro, ao contrário do passado simples (CERVONI, 1989, p.39)
Relação passado simples e passado composto		Trata-se de uma relação de concorrência da qual o passado composto é o vencedor. ³³
Usos		Na língua falada, prevalece o passado composto a partir do século XVIII. Na narração, a escolha entre passado composto e passado simples é puramente estilística . (CERVONI, 1989, p.39).

Fonte: elaborado pela autora

Podemos observar que a forma como Cervoni compreende as relações entre passado simples e passado composto em francês é bastante diferente daquilo que é apresentado no artigo de 1959. Ao abordar a teoria de Benveniste, suas críticas seguem, essencialmente, duas linhas:

(a) as fórmulas de Benveniste para delimitar os planos de enunciação têm um caráter categórico e a distribuição de marcas formais que encontramos nos enunciados não correspondem a essa distinção;

(b) a dicotomia *história/discurso* corresponde à dicotomia *objetividade/subjetividade* e tal distinção não apresenta vantagens.

Apresentamos, a seguir, as duas linhas argumentativas em linhas gerais:

3.2.2.1 História/discurso é uma distinção categórica que não corresponde à distribuição de marcas formais

Em relação à primeira linha, Cervoni argumenta que, para defender a existência de um tipo de enunciação “histórica”, seria necessário que existissem fronteiras muito nítidas para delimitar o que é e o que não é história. Tais fronteiras seriam a presença de determinadas marcas formais características da história e a ausência de formas de discurso em enunciados de

³² Frequentemente o passado simples é referido como um tempo que indica um acontecimento pontual no passado. Cervoni nega essa ideia pois, segundo ele, o passado simples também pode indicar uma longa duração. Como exemplo, apresenta o enunciado: *Louis XIV régnait soixante-douze ans.* (Luís XIV reinou setenta e dois anos). A indicação de um período de tempo de setenta e dois anos seria incompatível com a ideia de acontecimento pontual, segundo o autor.

³³ Cervoni segue a explicação tradicional, criticada por Benveniste, que afirma que o passado composto seria a forma vitoriosa, do ponto de vista diacrônico, da concorrência entre passado simples e passado composto em francês. Prova disso seria o fato de que no francês contemporâneo falado o passado simples praticamente não surge mais.

caráter histórico. Cervoni apresenta sua refutação da teoria de Benveniste em relação a esse ponto argumentando que não há especificidade de uso nem da terceira pessoa nem de certos termos verbais na enunciação histórica - ou seja, não há presença de marcas formais na enunciação histórica que permitam afirmar que tal divisão corresponda à realidade.

Em relação à não-especificidade da terceira pessoa, Cervoni argumenta que nem a exclusão de dêiticos nem o emprego da terceira pessoa são específicos da história (o discurso científico, por exemplo, emprega a terceira pessoa e exclui dêiticos). Além disso, um ponto central de divergência é que Cervoni não admite valores diferentes para a terceira pessoa, uma vez que, segundo ele, “a língua só conhece um único ele”³⁴.

Quanto à não-especificidade dos tempos verbais, apesar de admitir que “o único ponto indiscutível é que ‘o aoristo’ só é empregado no relato escrito de acontecimentos passados, que nele a terceira pessoa é mais usual do que a primeira, e que a segunda é rara” (CERVONI, 1989, p. 42), para Cervoni essa limitação de emprego do passado simples não é suficiente para fundar uma teoria de que há dois grandes tipos de enunciação previstos pela língua, já que, segundo ele, as afirmações - em suas palavras - “bastante categóricas” de Benveniste mais uma vez não correspondem aos fatos. Para ilustrar seu ponto, apresenta um trecho de uma narrativa histórica na qual há poucas ocorrências do passado simples.

Somam-se a essas observações o argumento de que a teoria de Benveniste promove o gênero histórico de maneira indevida: segundo Cervoni, a história é apenas um gênero no qual predomina o emprego de certas formas, e é inadequado atribuir a esse gênero o estatuto de um tipo de enunciação inscrita no sistema da língua (CERVONI, 1989, p. 40). Cervoni entende que a narração histórica é apenas um caso específico de utilização da língua e que não há motivos para aceitar que esse gênero é um plano da enunciação.

Em suma, podemos resumir as principais críticas em relação a esse ponto nos seguintes itens:

Quadro 14 - pontos centrais da leitura Cervoni (1987), parte 1

Segundo Cervoni, não há fronteiras nítidas entre *história* e *discurso*, porque:

- a exclusão de dêiticos e o emprego da terceira pessoa não são específicos da história;
- não há valores diferentes para a terceira pessoa na história e no discurso;

³⁴ Lembramos que Benveniste propõe que o valor da terceira pessoa no discurso é diferente do valor da terceira pessoa na história. Enquanto no discurso a terceira pessoa se opõe à pessoa eu-tu, na narrativa histórica a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra, sendo na verdade uma “ausência de pessoa” (BENVENISTE, 2005, p.268)

- a restrição de uso do aoristo ao relato escrito dos acontecimentos passados não é suficiente para justificar a definição de dois planos de enunciação;
- o gênero histórico não deve ser considerado um plano de enunciação.

Fonte: elaborado pela autora

Para finalizar esse ponto, cabe mencionar uma crítica que Cervoni não faz diretamente a Benveniste, mas que também se opõe às suas formulações: trata-se das explicações sobre o presente histórico. Ao falar do presente, embora não cite Benveniste diretamente, Cervoni critica, por meio da apresentação dos pontos de vista de Guy Serbat e de Gustave Guillaume, as explicações que atribuem ao presente histórico um valor puramente estilístico, afirmando que o presente pode ser combinado com qualquer indicação de tempo. Essa observação se contrapõe ao que Benveniste afirma na nota 235 da edição brasileira: o presente histórico é apenas um artifício de estilo. É importante observar que Benveniste diferencia esse presente histórico do tempo verbal presente que existe no discurso, mas que está excluído da narrativa histórica: “a dimensão do presente é incompatível com a intenção histórica” (BENVENISTE, 2005, p. 271). Assim, podemos compreender que o presente histórico seria um artifício de estilo pois, apesar de formalmente ser o tempo presente, seu valor é o de um tempo passado.

3.2.2.2. História/discurso equivale a objetividade/subjetividade e essa distinção não apresenta vantagens

À crítica de que *história/discurso* não corresponde a uma realidade observável e que operar tal dicotomia não apresenta vantagens, Cervoni acrescenta uma segunda série de comentários. A segunda linha argumentativa apresentada por Cervoni é que, na verdade, a distinção *história/discurso*, que parece sem fundamento se observarmos as marcas formais, poderia talvez ser “salva” partindo do princípio que seu fundamento é “a ideia de que a língua dá ao escritor condições de expulsar a subjetividade de seus escritos” (CERVONI, 1989, p.44).

Essa afirmação de Cervoni parte de duas observações: (1) *As relações de tempo no verbo francês* encontra-se na parte do PLG I intitulada *O homem na língua* e (2) essa interpretação é sugerida por algumas das definições de história, discurso, aoristo e perfeito (CERVONI, 1989, p.44). Mas aí, então, seria mais adequado chamar a dicotomia de *enunciação objetiva* e *enunciação subjetiva*. Em suma, para Cervoni a distinção objetivo/subjetivo está subentendida na distinção história/discurso e as duas distinções coincidem.

Resumidamente, as observações que Cervoni faz passam por afirmar que a objetividade é apenas uma estratégia, um engodo, pois a subjetividade é onipresente na linguagem

(CERVONI, 1989, p.47), uma vez que “toda produção de linguagem emana de alguém, se dirige a alguém e fala de alguma coisa, mas existem artimanhas para mascarar essa evidência” (CERVONI, 1989, p. 45). Objetividade e subjetividade não seriam, portanto, qualidades ligadas especificamente a uma forma, como um morfema ou pronome.³⁵ Em relação aos pronomes pessoais e formas verbais, cita alguns estudos e autores que mostram, por exemplo, que a subjetividade pode seguir os rumos do *ele* e a objetividade, os rumos do *eu*, o que corrobora a ideia de que objetividade e subjetividade não estão ligadas a uma forma específicas. Cervoni também destaca a importância das conotações e pressupostos como manifestações da subjetividade.

Por fim, Cervoni propõe a criação de uma tipologia das produções de linguagem a partir da classificação do grau de subjetividade de cada produção, destacando que tal tipologia, com vários tipos intermediários, seria “muito mais operatória” (CERVONI, 1989, p. 48) do que a divisão dicotômica de Benveniste.

Quadro 15 - pontos centrais da leitura Cervoni (1987), parte 2

<p>Segundo Cervoni, <i>história e discurso</i> equivale a <i>objetividade e subjetividade</i> porque:</p> <ul style="list-style-type: none">● <i>As relações de tempo no verbo francês</i> encontra-se na parte do PLG I intitulada <i>O homem na língua</i>;● algumas das definições de história, discurso, aoristo e perfeito sugerem essa interpretação. <p>Essa distinção não apresenta vantagens porque:</p> <ul style="list-style-type: none">● a subjetividade é onipresente na linguagem;● a objetividade é uma estratégia que não está ligada a forma específicas;● para analisar os graus de subjetividade das produções de linguagem, seria mais vantajoso propor uma classificação com vários tipos intermediários em lugar de uma dicotomia

Fonte: elaborado pela autora

3.3 Algumas considerações parciais

³⁵ Podemos relacionar essa crítica mais especificamente ao final de *As relações de tempo no verbo francês*, em que Benveniste afirma que o passado simples objetiva o acontecimento enquanto o passado composto “põe o acontecimento passado em ligação com o nosso presente” (BENVENISTE, 2005, p. 275), dando a entender que o passado simples é mais objetivo e o passado composto, mais subjetivo.

Abordamos, neste capítulo, alguns dos efeitos provocados pelo texto de Benveniste, no campo dos estudos linguísticos *stricto sensu* e também no *lato sensu*. Em relação às leituras de Genette e Ricoeur, ambos tomam Benveniste como um ponto de partida importante de suas reflexões, mas se afastam do texto. Genette utiliza a distinção de Benveniste para a definição de uma das fronteiras entre formas narrativas e não narrativas, restringindo-se ao domínio da expressão literária; além disso, o autor renomeia a distinção e parece ter um entendimento diferente do de Benveniste acerca do que é narrativa - o que pode ser concluído tanto pela observação do próprio autor em *Figuras 3* sobre a distinção quanto pela leitura do artigo *Frontières du récit*, em que define o discurso como um modo “natural” de linguagem e a narrativa, como uma forma particular - algo que o texto de Benveniste não permite concluir. Ricoeur, por sua vez, vale-se da distinção de Benveniste para refletir sobre os jogos com o tempo na narrativa no contexto de uma investigação sobre a relação entre a narrativa e o caráter temporal da experiência humana, destacando um ponto essencial: que a noção de um passado que não implica autorreferência faz parte da definição de *enunciação histórica*.

Já em relação às leituras de Weinrich e Cervoni, o primeiro propõe uma distinção que aproxima-se da de Benveniste, mas dentro de um quadro teórico diferente - o da linguística textual; já o segundo faz críticas bastante inadequadas, não reconhecendo os pressupostos teóricos da distinção e fazendo leituras inapropriadas da obra de Benveniste. Detivemo-nos especialmente no segundo por se tratar de uma crítica bastante conhecida à distinção.

O que esse breve panorama permite concluir é que o artigo permite inúmeras entradas e interpretações; no próximo capítulo, trataremos de uma questão específica pouco abordada em relação a esse texto: trata-se da noção de *função histórica*.

4 FUNÇÃO HISTÓRICA, UMA QUESTÃO DE LINGUAGEM

No último capítulo, apresentamos alguns dos efeitos provocados pelo texto de Benveniste, especialmente pela distinção *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*, nos estudos estritamente linguísticos e em áreas afins. Fica claro, a partir desse breve panorama de algumas recepções, que esse artigo permite diferentes entradas de leitura e que a distinção foi mobilizada de formas muito diversas e para fins variados, subsidiando discussões estritamente linguísticas ou não.

Neste capítulo, buscaremos fundamentar uma possibilidade de interpretação do artigo à qual, em nossa opinião, poucos leitores se dedicaram: a de que *As relações de tempo no verbo francês* contém dois movimentos simultâneos, de descrição do sistema verbo-temporal do francês contemporâneo e de apresentação de uma proposição teórica que diz respeito a uma questão de *linguagem* articulada à diversidade das línguas: trata-se da existência, na linguagem, de uma *função histórica* que se realiza distintamente em função das diferentes línguas. Para apresentar essa possibilidade, tomamos como ponto de partida a interpretação de Arrivé (1997), que defende que a distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* é de ordem geral, para, em seguida, destacar duas questões: a primeira, o movimento sempre presente na obra de Benveniste, e que também aparece nesse texto, de estudar línguas particulares para compreender a linguagem; a segunda, e mais relevante para a discussão que propomos aqui, a noção de *função* e sua inscrição na linguagem, presente nesse texto.

4.1 A universalidade da distinção *enunciação histórica/enunciação do discurso* segundo Arrivé

Em um artigo em que aborda algumas dificuldades de leitura relacionadas ao texto de Benveniste, tratando especialmente da distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação do discurso*, Arrivé apresenta três questões: o problema do presente histórico, o problema do aoristo como forma de ação não acabada e o problema da universalidade da distinção. Interessamos, aqui, em especial, o terceiro problema.

Especificamente sobre esse terceiro problema, Arrivé faz menção a uma crítica frequente ao artigo de Benveniste, elaborada por Weinrich e por outros leitores, de que a distinção *enunciação histórica* e *enunciação do discurso* seria válida apenas para o francês - mais precisamente, seria válida apenas para o francês contemporâneo, o que a tornaria pouco produtiva. Os críticos que afirmam isso destacam que os usos do aoristo no plano da história, conforme descritos por Benveniste, somente são válidos para o francês contemporâneo; prova

disso seria a facilidade em encontrar aoristos na primeira e segunda pessoa em obras do século XVIII, por exemplo.

Segundo Arrivé, embora o artigo de Benveniste traga exemplos de apenas uma língua, na verdade trata-se de uma teoria de porte universal:

La prise en compte spécifique du français est évidemment incontestable. Mais elle peut être envisagée d'un double point de vue. Du point de vue heuristique, elle est l'élément déclencheur de l'analyse. Du point de vue proprement théorique, elle n'est que la retombée, sur une langue particulière, d'une théorie de portée universelle. (Arrivé, 1997)³⁶

Para defender sua perspectiva, o autor apresenta três possibilidades interpretativas acerca da reflexão de Benveniste contida no artigo: (1) é uma distinção válida apenas para o francês contemporâneo; (2) é uma distinção que pretende ter alcance geral, mas, efetivamente, não tem; (3) é uma distinção geral, variando em cada estado de língua a distribuição das formas temporais do verbo. Segundo Arrivé, a última interpretação seria a adequada, uma vez que a primeira ignoraria que a distinção de Benveniste está fundada sobre definições muito gerais (história, discurso), o que a inviabilizaria para ser circunscrita à realidade de apenas uma língua (ou a um estado de língua), e a segunda operaria uma desqualificação da teoria.

A interpretação adotada por Arrivé é suficiente para auxiliar a corroborar nossa hipótese segundo a qual a distinção *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* tem alcance universal. Entretanto, para que isso ocorra, a perspectiva de Arrivé precisa ser ampliada: desde o nosso ponto de vista, não se trata apenas de afirmar que a distinção é geral ou universal porque pode ser encontrada, sob formas diferentes, em enunciados de todas as línguas, mas porque há, no texto de Benveniste, um aspecto muito importante que diz respeito à linguagem: trata-se da noção de *função histórica*.

Antes, porém, de desenvolvermos nosso ponto de vista, cabe ampliar um pouco a ideia de Arrivé de que a distinção de Benveniste tem um caráter geral. Fazemos isso a seguir.

4.2 Uma questão de linguagem e de línguas

Há, em *As relações de tempo no verbo francês*, um movimento que inclui simultaneamente descrição (de um estado de língua particular) e teorização (de linguagem). É fato que Benveniste, nesse artigo, como bem nota Arrivé, cita apenas uma língua, o francês.

³⁶ “A consideração específica do francês é evidentemente incontestável. No entanto, ela pode ser considerada de um duplo ponto de vista. Do ponto de vista heurístico, ela é o elemento que desencadeia a análise. Do ponto de vista propriamente teórico, ela é apenas a repercussão, sobre uma língua particular, de uma teoria de alcance universal.” (tradução nossa)

Comparando esse texto a outros, inclusive aos que fazem parte do mesmo momento de reflexão, como *Estrutura de relação de pessoa no verbo* e *Da natureza dos pronomes*, em que o linguista cita dados de uma quantidade impressionante de línguas, parece mesmo, à primeira vista, que se refere apenas ao francês. No entanto, o movimento do autor nesse artigo é o mesmo operado nos outros dois já citados, a saber, o estudo de línguas particulares para tratar de questões de linguagem. Em *A natureza dos pronomes*, Benveniste assinala que:

(...) o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui (...) (BENVENISTE, 2005, p. 277).

Já, em *Da subjetividade na linguagem*, lemos: “Falamos realmente da linguagem e não de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 287). De fato, Laplantine (2019) observa que, na obra do linguista, o estudo das línguas conduz a uma reflexão sobre a linguagem:

(...) ce travail exploratoire et descriptif des langues particulières conduit en même temps à une réflexion généralisante sur le langage. Il peut paraître évident que la linguistique est d’abord l’étude des langues, mais ce rappel permet de donner sa place à la théorie du langage, qui n’a pas de légitimité à s’énoncer seule, ni à précéder l’étude des langues.³⁷

Assim, não diferindo da reflexão em outros artigos de Benveniste, a distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* não é uma questão específica do francês. Trata-se de uma questão de linguagem que apresenta contornos específicos no francês contemporâneo, uma língua em que há duas formas verbais existentes para a expressão de um passado no discurso e de um passado na narrativa. Daí não se conclui que línguas que não apresentem essa distinção não tenham, também, enunciação histórica, pois esse modo de enunciação não se define pela existência de um tempo verbal específico para a narrativa - essa é apenas a configuração específica de um estado de língua, o do francês contemporâneo.

4.3 Sobre a noção de *função histórica*

A partir da percepção de que esse artigo faz um movimento entre descrição e teorização, é preciso detalhar qual é a questão de linguagem que lemos nesse artigo. Ao apresentar o plano da *enunciação histórica*, Benveniste faz uma afirmação que evidencia, ao nosso ver, o fato de

³⁷ "(...) esse trabalho exploratório e descritivo das línguas particulares conduz ao mesmo tempo a uma reflexão generalizante sobre a linguagem. Pode parecer evidente que a linguística é em primeiro lugar o estudo das línguas, mas esse lembrete permite dar lugar à teoria da linguagem, que não tem legitimidade para se enunciar sozinha, nem para preceder o estudo das línguas" (tradução nossa)

a distinção não se aplicar apenas ao francês, mas, sendo uma questão de linguagem, ser extensível às diferentes línguas: “(...) A intenção histórica constitui realmente uma das grandes **funções da língua**: imprime-lhe a sua temporalidade específica, cujas marcas formais devemos agora assinalar.” (BENVENISTE, 2005, p. 262, grifos nossos)

Compreendemos que aqui, embora Benveniste utilize o termo *língua*, na verdade fala de *linguagem*. Isso não é surpreendente, uma vez que, conforme discutimos no capítulo inicial, a obra de Benveniste apresenta flutuação terminológica. No caso de *língua/linguagem*, há flutuação mesmo em relação aos títulos das partes dos *Problemas de Linguística Geral*: embora a quinta parte se intitule *O homem na língua*, no prefácio do primeiro volume Benveniste a denomina como *O homem na linguagem*: “‘homem na linguagem’ é o título da parte seguinte; é a marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjatividade’ e as categorias da pessoa, dos pronomes e do tempo” (BENVENISTE, 2005).

No trecho de *As relações de tempo no verbo francês* que mencionamos acima, compreendemos que a *intenção histórica* pode ser entendida como uma função de *linguagem*, que imprime uma temporalidade específica na *língua*, e que há marcas formais que podem ser observadas nos enunciados correspondentes a essa função. O que Benveniste faz em seu artigo é assinalar quais são as marcas formais observáveis em enunciados de um estado de língua específico: o do francês contemporâneo.

E de que se trata essa intenção histórica que, a partir de agora, chamaremos de *função histórica*? Em primeiro lugar, é importante ressaltar, embora não nos detenhamos nessa questão neste trabalho, que a noção de *função* é recorrente na obra de Benveniste. Apenas observando os títulos dos artigos reunidos no *Problemas de Linguística Geral I*, já encontramos alguns exemplos: *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*; *Para a análise das funções causais: o genitivo latino*; “*Ser*” e “*ter*” nas suas *funções linguísticas*; além disso, há inúmeras ocorrências do termo nos dois volumes. Coquet e Derycke (1971, 1972), no léxico de Émile Benveniste, citam, entres outros, as noções de *função*, *função verbal*, *funções da linguagem*.

Evidentemente não defendemos que todos os sentidos de *função* sejam equivalentes na obra do linguista, apenas gostaríamos de chamar atenção para o fato de que a presença desse termo em *As relações do tempo no verbo francês* não representa uma excepcionalidade, e que essa noção talvez pudesse ser mais explorada nos estudos de Benveniste.

Para melhor compreender de que se trata a *função histórica*, voltemos ao texto de 1959. No caso específico do francês, Benveniste observa que há duas formas verbais de expressão

para o passado: uma forma – o aoristo - que pertence ao plano da história e que “objetiva o acontecimento destacando-o do presente” (BENVENISTE, 2005, p. 275), e outra forma – o passado composto – que “põe o acontecimento passado em ligação com o nosso presente” (BENVENISTE, 2005, p. 275). Assim, talvez seja possível afirmar que a enunciação histórica trata da disponibilidade, para o locutor, de uma forma de narrar “objetiva”. Isso também é corroborado por uma nota em que Benveniste chama a atenção para o fato de que tanto o passado simples quanto o passado composto podem ser tempos narrativos:

Falamos sempre dos termos da ‘narrativa histórica’ para evitar o termo ‘tempos narrativos’ que causou tanta confusão. Nas perspectivas que traçamos aqui, o aoristo é um ‘tempo narrativo’, mas o perfeito pode também ser um, o que obscureceria a distinção essencial entre os dois planos de enunciação (BENVENISTE, 2005, p. 268)

Não seria absurdo concluir que existem duas formas de narrar em francês, uma delas – que corresponde ao plano histórico – sendo mais “objetiva”. Entendemos que essa “objetividade” da narrativa histórica nada mais é do que um efeito que surge por conta do apagamento de marcas de autorreferência. É importante lembrar que Benveniste distingue, por um lado, signos que se referem “(...) a uma noção constante e ‘objetiva’(...)” (BENVENISTE, 2005, p. 278) daqueles que se referem a uma “(...) realidade do discurso (...)” (BENVENISTE, 2005, p. 278). Assim, há signos autorreferenciais - como os pronomes pessoais e os dêiticos - e signos que não pertencem à esfera da autorreferência, como os nomes. No caso do plano da enunciação histórica, esses signos autorreferenciais não são empregados. Lembramos aqui alguns excertos em que Benveniste caracteriza o plano histórico da enunciação (os grifos são nossos):

- “Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, **sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa**” (BENVENISTE, 2005, p. 262)
- “O plano histórico da enunciação se reconhece porque **impõe uma delimitação particular às duas categorias verbais do tempo e da pessoa** tomadas em conjunto. Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que **exclui toda forma linguística “autobiográfica”**. O historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu* : *tu*. Assim, **na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa”**. (BENVENISTE, 2005, p. 262)
- “Na verdade, **não há mais, então, nem mesmo narrador**. Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história.

Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é o aoristo, que é o **tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador**” (BENVENISTE, 2005, p. 267)

- “Nesta, **não intervindo o narrador, a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra;** é na verdade uma ausência de pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 268)

A partir dessas passagens, parece possível concluir que a noção de *função histórica* que estamos propondo vislumbrar no raciocínio de Benveniste incluiria o mecanismo de referência, mas não o de autorreferência das línguas. Mais especificamente, essa função da linguagem determinaria a previsão, nas línguas, da possibilidade de que o locutor “apague” as marcas de autorreferência de seus enunciados.

Entendemos, então, que a *função histórica* pode ser compreendida como uma espécie de “compartimento para o narrado” nas línguas. No entanto, não se trata de qualquer narrativa, mas de um tipo específico. Nas palavras de Ricoeur (2010b, p. 101), podemos entender que a narrativa histórica tem a propriedade de “se desdobrar em *enunciação* e *enunciado*”. Esse desdobramento, que resulta num efeito de objetividade, é fruto do apagamento de referência à instância de discurso que constitui o enunciado.

Ora, o entendimento que propomos sobre o artigo de Benveniste permite tornar mais claro o que já mencionamos no capítulo inicial: a “objetividade” e a “subjetividade” da narrativa são efeitos do emprego ou não desses signos.

Assim, haveria, na linguagem, uma *função histórica*: uma propriedade geral das línguas que pode ser compreendida como uma espécie de “compartimento para o narrado” – um tipo específico de narrado. Essa *função* da linguagem se manifesta na língua francesa por meio de um duplo sistema, descrito em detalhe por Benveniste em seu artigo. Nas demais línguas resta investigar como essa função se manifesta, quais os seus mecanismos. Independentemente, porém, dos recursos presentes em cada língua para expressar o que temos denominado de *função histórica*, o certo é que tais mecanismos devem orbitar em torno da distinção autorreferência/referência.

Em outras palavras, as línguas por meio de um duplo sistema, cuja descrição deve ainda ser feita, colocam em jogo os dois planos da enunciação: um sistema de presença de autorreferência, aquele que se refere à própria realidade do discurso (a enunciação de discurso), e um sistema de ausência de signos autorreferenciais (a enunciação histórica). As marcas linguísticas de cada sistema são particulares de cada língua. Especificamente no francês, por exemplo, essas marcas são encontradas no verbo.

4.4 Algumas conclusões e aberturas

Neste capítulo, apresentamos uma possibilidade de leitura do artigo *As relações de tempo no verbo francês*. Desde nosso ponto de vista, esse texto apresenta um duplo movimento: há, por um lado, sem dúvida, uma descrição do sistema verbal do francês contemporâneo, um estado de língua específico; por outro, porém, há uma proposição teórica em relação a uma questão de linguagem: trata-se da identificação do que chamamos de *função histórica*, o que lhe confere um caráter geral.

Definimos essa função como uma espécie de *compartimento para o narrado*, que se realiza nas línguas em um plano de enunciação caracterizado pelo apagamento de marcas de autorreferência. Assim, pode-se dizer que esse artigo de Benveniste apresenta uma proposição teórica (a existência de dois planos de enunciação como uma questão geral de linguagem) e uma descrição de um estado de língua específico (o francês contemporâneo), a partir dessa proposição.

Partindo dessa constatação, abrem-se duas questões para futuras pesquisas: a primeira, explorar mais detidamente a noção de *função* no conjunto da obra benvenistiana; a segunda, descrever outros estados de línguas particulares - o português, por exemplo - a partir da distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos apresentar uma proposta de leitura de *As relações de tempo no verbo francês*, de Émile Benveniste. No primeiro capítulo, contextualizamos o artigo a partir especialmente das dificuldades de leitura do autor apontadas por Flores (2013), buscando situá-lo em relação ao seu lugar na obra de Benveniste, ao momento de reflexão e à flutuação terminológica. Destacamos a importância de considerar a possibilidade de ler *As relações de tempo no verbo francês* tanto a partir de um ponto de vista enunciativo quanto como contendo uma hipótese de linguística geral. Além disso, observamos que esse artigo contém as reflexões desenvolvidas por Benveniste em textos anteriores, principalmente em relação à distinção *pessoa/não-pessoa* e às reflexões sobre a subjetividade na linguagem. Também observamos a flutuação terminológica presente nesse texto, especialmente em relação à noção de *enunciação*. Em seguida, apresentamos as linhas gerais do artigo, que propõe duas subdivisões: uma subdivisão entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* e uma subdivisão que trata da dupla função das formas compostas em francês, que funcionam como *formas de ação acabada* e como *formas de anterioridade*.

No capítulo seguinte, apresentamos brevemente alguns dos efeitos provocados pela distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*, considerando a recepção *latu sensu* e a recepção nos estudos linguísticos *stricto sensu*. Observamos que há autores que tomam Benveniste como ponto de partida para refletir sobre outras questões (Genette, Ricoeur, Weinrich) e apresentamos uma das críticas feita à distinção (Cervoni).

Por fim, no último capítulo, a partir especialmente da leitura de Arrivé (1997), apresentamos a leitura de um aspecto específico do texto: a ideia de que há, nas línguas, uma *função histórica*. Partimos da afirmação de Arrivé de que a distinção entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* é universal e ampliamos a reflexão, chamando atenção para o movimento simultâneo de descrição de línguas e teorização de linguagem que perpassa muitos dos textos de Benveniste, incluindo *As relações de tempo no verbo francês*, e observando a menção à noção de *função* nesse artigo. Entendemos que é possível compreender a *função histórica* como uma propriedade geral das línguas que inclui o mecanismo de referência mas não o de autorreferência das línguas e que se manifesta de formas diferentes em cada língua.

REFERÊNCIAS

- ARRIVÉ, Michel. “Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture”, In: *Linx*, n. 9, 1997, p. 159-168.
- BARBÉRIS, Jeanne-Marie, GARDES-MADRAY Françoise. Réflexion théorique et visée pédagogique : les concepts de discours et d'énonciation historique. In: *L'Information Grammaticale*, n. 18, 1983. p. 30-35.
- BENVENISTE, Émile. As relações de tempo no verbo francês. In.: *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005
- _____. A natureza dos pronomes. In.: *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005
- _____. Da subjetividades na linguagem. In.: *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005
- _____. Les relations de temps dans le verbe français. In.: *Problèmes de linguistique générale*, v. I, 1966.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989
- COQUET, Jean-Claude, DERYCKE, Marc. *Le lexique d'É. Benveniste (I^o)*, Università di Urbino, Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, 1971
- _____. *Le lexique d'É. Benveniste (II^o)*, Università di Urbino, Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, 1972
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- _____. A linguagem e as línguas. In.: *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019
- FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny.; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GENETTE, Gérard. Frontières du récit. In: *Communications*, 8, 1966. Recherches sémiologiques : l'analyse structurale du récit. p. 152-163;
- _____. 1983 : *Nouveaux discours du récit*, Paris, Seuil.
- GRUMBACH, Jenny. Linguistique textuelle et étude des textes littéraires (à propos de *Le Temps* de H. Weinrich). In.: *Pratiques : linguistique, littérature, didactique*, n° 13, 1977. Linguistiques, p. 77-90
- LAPLANTINE, Chloé. Emile Benveniste : « Or, comment produit-on la langue ? On ne reproduit rien » In.: *Travaux de didactique du français langue étrangère*, Université Paul Valéry, Montpellier III, 2019, Créativité et enseignement-apprentissage des langues, Hors-série (9)
- MEILLET, Antoine. Sur la disparition des formes simples du prétérit. In.: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris : Champion, 1982

NORMAND, Claudine. Les termes de l'énonciation de Benveniste. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 8, fascicule 2, 1986

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a

_____. *Tempo e narrativa 2: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b

REVAZ Françoise, LUGRIN Gilles, ADAM Jean-Michel. Pour en finir avec le couple récit / discours. In: *Pratiques : linguistique, littérature, didactique*, n°100, 1998. p. 81-98.

SILVA, Daniel Costa da. *A noção de subjetividade em Émile Benveniste*. 103 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

VASSANT, Annette. Ambiguïtés et mésaventures d'une théorie linguistique : les relations de temps dans le verbe français d'E. Benveniste. In: *L'Information Grammaticale*, n. 9, 1981. p. 13-19.

WEINRICH, Harald. *Le Temps : le récit et le commentaire*. Limoges: Lambert-Lucas, 2012

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007